

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL COM BASE
CONSERVACIONISTA
DO MOSAICO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DO OESTE DO
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ**



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL COM BASE
CONSERVACIONISTA
DO MOSAICO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DO OESTE DO
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ**

O objetivo central do **Iepé** é contribuir para o fortalecimento cultural e político e para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas que vivem no Amapá e norte do Pará, proporcionando-lhes assessoria especializada e capacitação técnica diversificada para que se organizem e possam enfrentar de forma articulada os desafios crescentes que se colocam hoje às suas comunidades e organizações, para a defesa de seus interesses. Partimos do pressuposto de que a consolidação de um movimento de articulação entre os grupos indígenas da região, em torno de questões de interesse coletivo, é também a melhor maneira de fortalecer suas organizações representativas frente aos seus interlocutores externos.

Para saber mais sobre o Iepé consulte:

<http://www.institutoiepe.org.br>

São Paulo

Rua Professor Monjardino, 19 - Vila Sônia

São Paulo/SP - CEP 05625-160

Tel/Fax: 11-3746-7912 / 3569-4973 / 3569-4936

email: sede-sp@institutoiepe.org.br

Macapá

Av. Raimundo Álvares da Costa, 1689 - Bairro Central

Macapá/AP CEP 68900-074

Tel/Fax: 96-3223-7633 / 3223-2052

email sede-macapa@institutoiepe.org.br

Conselho Diretor

Denise Fajardo Grupioni

Lux Boelitz Vidal

Dominique Tilkin Gallois

Secretário Executivo

Luis Donisete Benzi Grupioni

Secretário Executivo Adjunto

Décio Horita Yokota

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL COM BASE
CONSERVACIONISTA
DO MOSAICO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DO OESTE DO
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ**



2010

© Iepé, 2010

Realização:

Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena

Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA

Ministério do Meio Ambiente - MMA



Ministério do
Meio Ambiente



Projeto Unidades de Conservação e Terras Indígenas: uma proposta de mosaico para o oeste do Amapá e norte do Pará

Projeto selecionado pelo edital 01/2005 - Convênio no 100/2006 - Iepé e FNMA

Coordenação:

Giselle Paulino Lopes

Consultoria e Redação do DTBC:

Nadja Havt Bindá

Parceria:



Secretaria de Estado
do Meio Ambiente
do Amapá



*Plano de Desenvolvimento Territorial
com Base Conservacionista do
Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste
do Amapá e Norte do Pará*



Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

2010

Índice

Lista de Mapas e Figuras	3
Lista de Quadros	3
Lista de Siglas	4
1. Apresentação	5
2. Introdução	5
2.1. Fundamentação legal para criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará	6
2.2. Instrumentos jurídicos e administrativos de amparo para criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará e elaboração do Plano de DTBC	7
3. O Bioma Amazônia	8
4. O Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará.....	10
4.1. Localização do Mosaico	10
4.2. Conservação ambiental e ocupação humana na região abrangida pelo Mosaico	14
4.3. As áreas que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará	17
4.4. Diagnóstico ambiental e socioeconômico das áreas que formam o Mosaico	19
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	19
Floresta Nacional do Amapá	21
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	22
Floresta Estadual do Amapá	25
Parque Natural Municipal do Cancão	27
Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo	28
Terras Indígenas Parque do Tumucumaque, Rio Paru D'Este e Waiãpi	29
4.5. O processo de definição do território do Mosaico	36
5. Plano de DTBC	39
5.1. Objetivos	39
5.2. Processo de elaboração do Plano de DTBC	39
5.3. Linhas prioritárias de ação – Plano de DTBC.....	41
5.3.1. Atividades econômicas em bases conservacionistas e serviços ambientais	43
5.4. O Plano de DTBC e o Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará.....	50
5.4.1. Manutenção e operação inicial do Mosaico e do Conselho Consultivo	62
Bibliografia	65
Portais eletrônicos consultados:.....	69

Lista de Mapas e Figuras

Figura 1: Áreas do Mosaico em território paraense

Mapa 1: Localização do Mosaico – Amapá e Pará

Mapa 2: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Mosaico

Mapa 3: Mapa Geral das Áreas Protegidas do Amapá

Mapa 4: Composição do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Lista de Quadros

Quadro 1: Áreas que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Quadro 2: Dados básicos dos Municípios do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Quadro 3: Grau de consolidação das UCs que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Quadro 4: Comunidades do entorno da RDS do Rio Iratapuru

Quadro 5: Processo de elaboração do Plano de DTBC

Quadro 6: Plano de DTBC para o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará – Linhas prioritárias de ação por Eixo Temático

Quadro 7a: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Meio Ambiente

Quadro 7b: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Atividades Econômicas Sustentáveis e em Bases Conservacionistas

Quadro 7c: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Território, Fiscalização e Vigilância

Quadro 7d: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Organização e Articulação

Quadro 7e: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Comunicação e Divulgação

Quadro 7f: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Infraestrutura

Quadro 7g: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará - Eixo Formação e Capacitação

Quadro 8: Quadro 8: Projetos Executados pelo Iepé com atividades direcionadas ao Mosaico

Lista de Siglas

Apina – Conselho das Aldeias Wajãpi
APITIKATXI – Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikuyana
APROFLORA – Associação dos Produtores da Floresta Agro Extrativista do Vale do Jari
Comaru – Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru
DTBC – Desenvolvimento Territorial em Bases Conservacionistas
FLONA-AP – Floresta Nacional do Amapá
FLOTA-AP – Floresta Estadual do Amapá
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Agência de Cooperação Técnica Alemã)
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF-AP – Instituto Estadual de Florestas do Amapá
IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá
Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais
IMAP – Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN – International Union for Conservation of Nature (The World Conservation Union Netherlands)
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
PARNA – Parque Nacional
PMPBA – Prefeitura Municipal de Pedra branca do Amapari
PMSN – Prefeitura Municipal de Serra do Navio
PNMT – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PPN – Projeto Perimetral Norte (GTZ)
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA-AP – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá
SEMA-PA – Secretaria de Estado do meio Ambiente do Pará
SNUC – Sistema nacional de Unidades de Conservação
TI – Terra Indígena
TNC – The Nature Conservancy
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
USAID – United States Agency for International Development
WWF – World Wildlife Fund
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

1. Apresentação

Por meio de reuniões, oficinas e seminários realizados no período entre setembro 2008 e abril de 2010, instituições públicas do Estado do Amapá, organizações da sociedade civil e representantes de comunidades agroextrativistas e indígenas do oeste do Amapá e norte do Pará se engajaram no esforço de construir uma proposta de mosaico para a integração da gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas da região, bem como para promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável tendo o mosaico como foco de articulação.

Desse processo resultaram a proposta do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, a composição de seu Conselho Consultivo e respectivo Regimento Interno e este **Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista** (Plano de DTBC), o qual foi concebido na perspectiva de servir como orientador dos trabalhos do referido Conselho e de ações a serem desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas comunidades envolvidas.

A materialização do esforço de articulação neste documento marca o encerramento das atividades do Projeto “Unidades de Conservação e Terras Indígenas: uma proposta de mosaico para o oeste do Amapá e norte do Pará”, proposto e executado pelo Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, com apoio de seus parceiros institucionais e financiamento do Fundo Nacional de Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente (FNMA/MMA).

2. Introdução

O Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará contém eixos e linhas de ação que contemplam diferentes aspectos que ainda precisam ser detalhados. Um conjunto de atividades em diferentes projetos está previsto, a título de estratégia de continuidade em relação ao Projeto Mosaico e de garantia do funcionamento do Conselho, de modo a assegurar um período de consolidação dos arranjos institucionais e intercomunitários necessários para efetivação do Mosaico e implementação do Plano.

A referência do Plano de DTBC, portanto, é o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, proposto com fundamento na legislação ambiental vigente e seguindo procedimentos públicos de consulta e mobilização.

2.1. Fundamentação legal para criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Em seu Art. 4º, a Lei Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define como um dos objetivos do referido Sistema:

“XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.”

Na sequência, o Art. 5º define que o SNUC “*será regido por diretrizes que:*

XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.”

A região em que se localiza o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará caracteriza-se pela coexistência de todos os elementos presentes nas definições de objetivos e diretrizes do SNUC, acima citados. Duas unidades de conservação sob jurisdição federal – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Floresta Nacional do Amapá, e duas unidades estaduais – Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Floresta Estadual do Amapá, foram criadas em área de alta prioridade para a conservação da biodiversidade com diferentes destinações.

Parte da população não indígena estabelecida no interior ou no entorno dessas unidades vive do extrativismo, aliando a essa atividade o cultivo de pequenas roças, a caça e a pesca, levando uma vida típica do meio rural amazônico. Outra parte tem como principal meio de vida a produção rural em escala familiar, recorrendo também ao extrativismo, caça e pesca, majoritariamente estabelecida em áreas de assentamentos, regularizados ou que emergiram no processo de ocupação decorrente da implantação da BR-210 (Perimetral Norte).

Completando o panorama sócio diverso do Mosaico, temos três terras indígenas habitadas por grupos cujos contatos permanentes com frentes não indígenas de ocupação da região só passaram a ocorrer cerca de 40 atrás.

A criação de mosaico para gestão integrada e participativa desses territórios específicos encontra resguardo definitivo no Art. 26 da Lei Nº 9.985/2000, o qual prevê que:

“Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

Os encaminhamentos para instituição do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará também seguiram a fundamentação legal: o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei Nº 9.985/2000 remete para a regulamentação da Lei a definição

sobre a gestão do conjunto de que trata o artigo citado. A questão é assim definida no Decreto Nº 4.340/2002, que regulamenta a Lei do SNUC:

“Art.9º O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.”

Como parte dos procedimentos de formulação da proposta de mosaico, foi elaborada minuta de Regimento Interno do Conselho Consultivo, prevendo composição e competências em acordo com os termos dos Parágrafos 1º e 2º do Art. 9º, bem como do Art. 10 do Decreto Nº 4.340/2002.

A validação do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará ocorreu no âmbito do exercício das competências do Conselho Consultivo, durante reunião realizada em 29 e 30/04/2010.

2.2. Instrumentos jurídicos e administrativos de amparo para criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará e elaboração do Plano de DTBC

Em janeiro de 2005, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) lança publicamente o Edital Nº 01/2005 – Mosaicos de Áreas Protegidas: Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista para *“seleção de projetos orientados à formação de mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas, e à elaboração e implementação de planos de desenvolvimento territorial com base conservacionista, que contribuam para a implementação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.”*

No Amapá, a divulgação do Edital Nº 01/2005 desdobrou-se numa articulação inicial entre órgãos públicos, organizações indígenas, organizações não governamentais e agências de cooperação, articulação esta que resultou na apresentação do Projeto “Unidades de Conservação e Terras Indígenas: uma proposta de mosaico para o oeste do Amapá e norte do Pará”, tendo como proponente o lepé. As entidades envolvidas na mobilização quando da divulgação do Edital compuseram o conjunto de parceiros para execução do Projeto com o próprio lepé, sendo elas:

- Projeto Perimetral Norte (PPN) da Agência de Cooperação Alemã (GTZ);
- Fundação Nacional do Índio (Funai);
- Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)¹, representado pela gerência do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;
- Associação WWF-Brasil (WWF-Brasil);
- Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana e Txikuyana – Apitikatxi².

Aprovado o projeto encaminhado pelo lepé, foi firmado, em nome da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, o Convênio MMA/FNMA Nº 100/2006 (Processo Nº 02000.004422/2005-01), para execução do mesmo, tendo por concedente o Fundo Nacional do

1 Posteriormente substituído pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2 Passou a compor o projeto durante sua execução.

Meio Ambiente (FNMA) e por conveniente o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). O Convênio, instrumento de repasse de recursos para execução do projeto, teve por objeto *“uma proposta de criação de Mosaico de Unidades de Conservação e Terras Indígenas para o Oeste do Amapá e Norte do Pará”*.

3. O Bioma Amazônia

O Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, área de abrangência e foco deste Plano de DTBC, está totalmente inserido no Bioma Amazônia, em região com diversas áreas consideradas de alta prioridade para a conservação da biodiversidade.

Localizada a norte do continente sul-americano, a Floresta Amazônica tem hoje área estimada em pouco mais de 6 milhões de Km², dos quais mais de 60% estão em território brasileiro. O restante está distribuído entre Venezuela, Suriname, Guiana, Guiana Francesa, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador. O Bioma Amazônia abrange no Brasil uma área em torno de 4.196.943km².

A Floresta Ombrófila Densa é a feição que domina o bioma, porém este abriga também uma diversidade de outros ecossistemas, como florestas estacionais, florestas de igapó, campos alagados, várzeas, savanas, refúgios montanhosos, campinaranas e formações pioneiras. Essa diversidade de ambientes específicos e de espécies animais e vegetais que neles ocorrem é conhecida apenas em parte.

Do que é conhecido, numa caracterização bastante genérica segundo os dados mais repercutidos entre instituições de pesquisa, a biodiversidade na Floresta Amazônica pode ser assim dimensionada:

- há classificação científica para algo em torno de 40.000 espécies vegetais;
- estão descritos cerca de 100.000 espécies de invertebrados;
- há estimativas de que a diversidade de árvores por hectare varia de 40 a 300 espécies;
- as estimativas também apontam que apenas 30% dos artrópodos estejam nomeados de acordo com as normas taxonômicas hoje adotadas;
- cerca de 1800 das 7500 espécies de borboletas conhecidas têm o Bioma Amazônia como seu habitat;
- o número de espécies de formigas e abelhas seria próximo dos 3000;
- em relação aos peixes, o desconhecimento quanto à diversidade das espécies também é muito grande: 450 espécies foram registradas apenas no rio Negro, havendo estimativas de que esse número passaria de 1500 para toda a Bacia Amazônica;
- 163 espécies de anfíbios estão registradas, mas os levantamentos se concentram em áreas de acesso mais fácil, deixando supor que os números atuais são muito inferiores ao potencial do Bioma;
- 240 espécies de répteis estão identificados, sendo a maioria delas de cobras e lagartos;
- mais de 1000 espécies de aves já foram alvo de estudos, passando de 250 o número de espécies com distribuição restrita ao Bioma Amazônia ou que são consideradas muito raras;
- atualmente estão registradas 311 espécies de mamíferos. Destes, quirópteros e roedores são as espécies mais representativas. Entretanto, é reconhecida a relevância do Bioma Amazônia em termos da ocorrência de espécies de primatas, entre os quais têm ocorrido descobertas recentes.

Se, de um lado, os resultados de estudos científicos sinalizam que muitas áreas não foram acessadas devidamente para fins de levantamento e caracterização das ocorrências naturais e seus ciclos, de outro lado isso não significa que o Bioma está livre de ameaças. A expansão de frentes de ocupação e mudanças nos modos de vida das populações que ocupam a região amazônica vêm promovendo, crescentemente, o uso não planejado de espaços e recursos, colocando em risco imediato as próprias potencialidades regionais para o desenvolvimento sustentável e com base conservacionista, pelo menos em focos mais intensivos de ocupação. De acordo com dados levantados em estudos voltados à análise de áreas alteradas e em recuperação, 12% do bioma já sofreu alguma alteração antrópica (a partir do período colonial), sendo que aproximadamente 3% estão em recuperação e 9% com uso agrícola ou pecuária, concentrando-se este percentual nos Estados de Mato Grosso e Pará. Amazonas e Pará possuem maior área de remanescentes e os Estados do Maranhão e Tocantins a menor. Mato Grosso, Pará e Rondônia têm as maiores áreas com alterações antrópicas; no Amapá e em Roraima as áreas com alterações antrópicas ocupam as menores parcelas dos territórios estaduais em relação aos demais estados em que há ocorrência do Bioma.

A questão da ocupação e alterações antrópicas tem implicações não apenas para a biodiversidade, esses fatores devem também ser pesados em relação ao seu impacto sobre os recursos hídricos e os ciclos envolvendo a água e a interação desses ciclos com solos e vegetação.

A água doce superficial e os recursos hídricos de modo geral são temas prioritários em qualquer análise do panorama amazônico. Divulga-se correntemente que o volume de água da bacia amazônica representa ao redor de 20% do total de água doce no mundo, sendo que 60% dessa bacia encontra-se em território brasileiro, correspondendo a cerca de 70% do potencial hídrico nacional.

Por fim, e não menos importante, temos a diversidade social e cultural, que comporta dezenas de grupos indígenas diferentes e outros tantos grupos populacionais, social e culturalmente diferenciados, estes originários de também diferentes fluxos de ocupação não indígena, variando desde os pequenos núcleos formados por escravos negros fugidos ou rebelados e aglomerados constituídos com a fixação migrantes de origem europeia; até a formação mais recente dos núcleos populacionais ribeirinhos resultantes da miscigenação e das comunidades de seringueiros resultantes das diferentes levadas migratórias de nordestinos para a região amazônica. Essa diversidade e essas diferenças se refletiram e ainda se refletem na riqueza de soluções adaptativas ao ambiente amazônico, que também são fortemente impactadas a cada novo ciclo das frentes de ocupação. O elemento a destacar no contexto atual é o entendimento sobre a necessidade de viabilizar mudanças inseridas em processos de planejamento que levam em conta essas soluções adaptativas locais. Isso, na prática, significa reconhecer a importância dessas soluções para a sustentabilidade do desenvolvimento e dos recursos necessários ao desenvolvimento. O Plano de DTBC é um exemplo dessa perspectiva.

4. O Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

4.1. Localização do Mosaico

O Mosaico proposto está numa região caracterizada pelas grandes dificuldades de acesso e deslocamento, situada no oeste do Amapá e norte do Pará.



Mapa 1: Localização do Mosaico – Amapá e Pará

O relativo isolamento resultante dessa dificuldade de acesso tem favorecido a conservação de ambientes e recursos na região, onde temos reproduzida a diversidade de ecossistemas e espécies verificada no Bioma Amazônia como um todo. Daí a qualificação de várias áreas que formam o Mosaico, sejam elas unidades de conservação ou terras indígenas, como de alta prioridade para a conservação da biodiversidade.

A composição inicialmente apresentada para o Mosaico, em 2005, contemplava as seguintes unidades:

- Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP/PA);
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (AP);
- Terra Indígena Waiãpi (AP);
- Terra Indígena Parque do Tumucumaque (AP/PA);
- Terra Indígena Rio Paru D'Este (PA);

Além dessas áreas, a proposta inicial fez referência às populações assentadas e colonos estabelecidos em torno da BR-210 (Rodovia Perimetral Norte), no Amapá, com destaque para projetos de assentamento:

- Perimetral Norte;
- Pedra Branca;
- Serra do Navio.

Durante a etapa de definição das propostas para o Plano de DTBC pelas populações engajadas na constituição do Mosaico, ocorreu de serem criadas outras unidades de conservação. Isso permitiu redefinir a composição do mosaico num arranjo mais coerente do ponto de vista da conectividade física, geográfica e ecossistêmica. Essas novas unidades são:

- Floresta Estadual do Amapá;
- Parque Natural Municipal do Cancão;
- Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo.

Finalmente, com a consolidação da Floresta Nacional do Amapá, foi possível completar a redefinição do Mosaico, fortalecendo a proposta inicial com a inclusão de uma segunda unidade de conservação de jurisdição federal.

Quadro 1: Áreas que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Denominação	Jurisdição	Base Legal	Grupo	Extensão (ha)	Municípios Abrangidos
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Federal	Decreto Federal s/n, de 22/08/2002	Proteção Integral	3.867.000,00 (aproximada)	Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio (AP); Almeirim (PA)
Floresta Nacional do Amapá	Federal	Decreto-Lei Federal Nº 97.630, de 10/04/1989	Uso Sustentável	412.000,00	Amapá, Ferreira Gomes, Pracuúba (AP)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Estadual	Lei Estadual Nº 392, de 11/12/1997	Uso Sustentável	806.184,00	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari (AP)
Floresta Estadual do Amapá*	Estadual	Lei Estadual Nº 1028, de 12/07/2006	Uso Sustentável	2.369.400,00	Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Serra do Navio, Tartarugalzinho (AP)
Parque Natural Municipal do Cancão	Municipal	Decreto Municipal Nº 085, de 14/11/2007	Proteção Integral	370,26	Serra do Navio (AP)

Denominação	Jurisdição	Base Legal	Grupo	Extensão (ha)	Municípios Abrangidos
Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo**	Municipal	Decreto Municipal Nº 139, de 19/11/2007	Uso Sustentável	68.524,20	Pedra Branca do Amapari (AP)
Terra Indígena Waiãpi	Federal	Decreto federal s/n, de 23/05/1996	Usufruto exclusivo indígena	607.017,00	Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari (AP)
Terra Indígena Parque do Tumucumaque	Federal	Decreto Federal Nº 213, publicado no DOU em 04/11/1997	Usufruto exclusivo indígena	3.071.067,00	Laranjal do Jari (AP); Alenquer, Almeirim, Óbidos, Oriximiná (PA)
Terra Indígena Rio Paru D'Este	Federal	Decreto Federal Nº 213, publicado no DOU em 04/11/1997	Usufruto exclusivo indígena	1.195.785,00	Alenquer, Almeirim, Monte Alegre (PA)
Total				12.397.347,46	

* Criada em 4 módulos, a Flota do Amapá tem 36.542,14 hectares sobrepostos à RDS do Rio Iratapuru;

** A Resex Beija-Flor Brilho de Fogo tem toda sua extensão sobreposta ao Módulo 1 da Flota do Amapá.

(Fontes: Funai, PNMT, SEMA-AP, PMSN, PMPBA)

A extensão total ocupada pelas áreas que compõem o Mosaico é aproximadamente 12.397.347 hectares. São 11 municípios no Amapá e 5 no Pará com alguma área de incidência das unidades do Mosaico (ver Quadro 1, acima). No entanto, a maior parte das administrações e serviços municipais desse conjunto não é acessada pela população envolvida, havendo atualmente concentração desse acesso a um grupo menor de municípios. Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, todos localizados no estado do Amapá, são os polos mais relevantes no nível municipal, e os centros para onde converge a maior parte da população abrangida pelo Mosaico na busca por serviços, notadamente a população não indígena. Além disso, a capital do Amapá, Macapá, também é uma referência importante, mesmo localizada fora do Mosaico, especialmente para os grupos indígenas, sendo a única referência urbana atual para as populações totalmente estabelecidas em território paraense, como é o caso dos grupos indígenas do chamado Complexo Tumucumaque (TI Parque do Tumucumaque e TI Rio Paru D'Este) já que todo acesso a essas terras indígenas é feito via aérea. Macapá também é sede dos serviços de saúde (Casai) e dos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento indígena (Funai, Funasa, Secretaria de Educação, etc.).

De modo geral, os municípios em que se localizam as áreas do Mosaico carecem de infraestrutura e apresentam indicadores sociais desfavoráveis. No lado paraense, como as áreas envolvidas são de ocupação exclusivamente indígenas (ressalvando os poucos focos de invasão por garimpeiros), é preciso buscar indicadores mais próximos da vida nas aldeias. Há, realmente, distâncias importantes para o entendimento da situação entre as áreas ocupadas pelos grupos indígenas e as sedes municipais e até em relação à ocupação rural nos cinco municípios do Pará.

No lado amapaense, a situação não é diferente. Tanto que territórios da cidadania foram criados, no sul e no oeste do Estado, como estratégia para melhorar os indicadores sociais dos municípios nas duas regiões. O Amapá, de modo geral, tem vivido um intenso processo de urbanização. Para quem permanece no meio rural, a falta de infraestrutura praticamente inviabiliza cadeias produtivas locais, de acordo com a avaliação dos grupos extrativistas e de pequenos produtores rurais envolvidos no Mosaico.

Quadro 2: Dados básicos dos Municípios do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Município	UF	Extensão (Km ²)	População (nº de hab. estimativa 2009)*	Taxa de urbanização* (%)	IDH*	Taxa de acesso urbano a água (2000)** (%)	Taxa de acesso urbano a esgoto (2000)** (%)	Principais atividades econômicas***
Amapá	AP	9.169	7.802	85	0,720	11,7	18,3	Pecuária, serviços (turismo)
Calçoene	AP	14.269	9.291	81	0,688	16,8	4,4	Pecuária, mineração, silvicultura, extrativismo, comércio, serviços
Ferreira Gomes	AP	5.047	5.475	69	0,720	61,7	4,1	Agricultura e pecuária
Laranjal do Jari	AP	30.966	40.357	95	0,732	34,7	0,9	Comércio, mineração, extrativismo, extração de madeira
Mazagão	AP	13.131	14.655	53	0,659	21,3	25,5	Agricultura
Oiapoque	AP	22.625	20.962	66	0,738	28,8	9,1	Pesca, agricultura, serviços, comércio, artesanato
Pedra Branca do Amapari	AP	9.495	8.182	56	0,625	0,6	9,6	Agricultura, garimpo
Porto Grande	AP	4.402	14.951	66	0,719	21,7	7,5	Silvicultura, extração de madeira, agricultura
Pracuúba	AP	4.957	3.658	47	0,660	41,3	23,2	Pecuária, pesca, extrativismo, agricultura
Serra da Navio	AP	7.757	3.982	30	0,743	90,0	99,9	Mineração
Tartarugalzinho	AP	6.712	13.769	49	0,667	33,1	0,5	Pecuária, silvicultura
Alenquer	PA	22.282	57.067	57	0,673	21,6	31,4	Agricultura, pecuária, comércio, serviços, turismo
Almeirim	PA	72.960	31.192	60	0,745	67,3	54,8	Agricultura, pecuária, extrativismo, indústria madeireira, serviços
Monte Alegre	PA	21.703	63.941	39	0,690	30,2	34,3	Agricultura, pecuária, serviços
Óbidos	PA	28.021	48.429	51	0,681	40,2	10,0	Extrativismo, pesca, turismo, serviços
Oriximiná	PA	107.603	58.683	62	0,717	37,7	23,4	Mineração, extrativismo, comércio, serviços

* Fonte: Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio – Relatórios Dinâmicos Municipais (www.portalodm.com.br)

** Fonte: Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio, com dados do IBGE – Censo 2000

*** Fontes: IBGE (www.ibge.gov.br) e Governo do Amapá (www4.ap.gov.br/Portal_Gea)

Os dados acima não contemplam propriamente a situação das populações indígenas nos municípios em que há incidência das terras regularizadas, onde a vida econômica está calcada na caça, pesca, cultivo de roças e coleta. O consumo de bens industrializados vem crescendo em todas as terras indígenas do Mosaico, sendo Macapá o principal centro de acesso a esses bens, embora os Wajãpi também tenham acesso terrestre às sedes municipais e pequenos núcleos ao longo da rodovia Perimetral Norte. Serviços nas áreas de saúde e educação são acessados por meio de postos e escolas localizados em algumas aldeias no interior das terras indígenas, ou em Macapá, aonde algumas famílias e indivíduos indígenas têm se estabelecido em busca de escolas de ensino médio e para onde se deslocam nos casos em que o atendimento à saúde não pode ser feito apenas pelo posto em terra indígena.

4.2. Conservação ambiental e ocupação humana na região abrangida pelo Mosaico

Do ponto de vista ambiental, quer do lado paraense, quer do lado amapaense, o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará apresenta as mesmas características gerais apontadas para o Bioma Amazônia.

A feição predominante é a floresta densa de terra firme, mas em todo o Mosaico e em cada área que o compõe observa-se a ocorrência de diversos ecossistemas específicos, ambientes diferenciados com florestas aluviais ou inundáveis (várzea e igapó), florestas de platô, cerrados, campinaranas.

No lado paraense do Mosaico (observar as áreas marcadas com “X” na Figura 1), a Lei Estadual Nº 7.398, de 16/04/2010, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará, define no inciso III do Art. 4º terras indígenas e unidades de conservação como “áreas legalmente protegidas” dentro da Zona de Gestão denominada “Áreas de Usos Especiais”, submetidas juridicamente a regime especial de proteção.

Figura 1: Áreas do Mosaico em território paraense



MAPA DE GESTÃO TERRITORIAL -2009-

LEGENDA

1. ZONA CONSERVAÇÃO

- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO GRUPO DE PROTEÇÃO INTEGRAL LEGALMENTE INSTITUIDAS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO GRUPO DE USO SUSTENTÁVEL LEGALMENTE INSTITUIDAS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO GRUPO DE USO SUSTENTÁVEL (UC) MZEE
- RESERVA DE PESCA
- TERRAS INDÍGENAS
- TERRAS DE QUILOMBO
- ÁREAS DE FORÇAS ARMADAS
- ÁREAS DE PRETENÇÕES CRIAÇÕES ESTADUAIS (SOB LIMINAR)

2. ZONA DE CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

3. ZONA DE EXPANSÃO

4. ZON DE RECUPERAÇÃO

Fonte: Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará/Mapa de Gestão Territorial (Escala: 1:5.000.000) – Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado do meio Ambiente/Diretoria de Áreas Protegidas Coordenadoria de Ecossistemas

O Complexo Tumucumaque tem ocupação permanente apenas pelas populações indígenas nas duas terras regularizadas e pelas unidades militares destacadas para vigilância da fronteira. Já na pequena parcela do PARNA Montanhas do Tumucumaque situada no Pará, não há registro de ocupação permanente recente.

No lado leste do Complexo Tumucumaque há notícias e evidências de atividades garimpeiras, apesar das dificuldades de acesso. Ainda assim, pode-se considerar para toda a porção paraense do Mosaico que a ocupação indígena e militar são as interferências antrópicas mais significativas, estando a ocupação indígena concentrada ao longo dos grandes cursos d'água, no extremo oeste e extremo leste do Complexo.

Do lado amapaense, onde a diversidade de ambientes e espécies também está presente nas áreas que formam o Mosaico, o estado como um todo apresenta os mais baixos índices de degradação e impactos ambientais negativos por alterações antrópicas na região amazônica. Na região de abrangência do Mosaico, especificamente, há dois focos principais de ocupação: a TI Waiãpi, Módulos 1, 2 e parte do Módulo 3 da Flota do Amapá. Além disso, há focos descontínuos ou até inteiramente isolados de uso ou ocupação, como é o caso da Vila Brasil, no limite norte do PARNA Tumucumaque e os focos de invasão de UCs e da TI Waiãpi por caçadores, pescadores e garimpeiros.

Na TI Waiãpi, os índios vêm trabalhando há alguns anos na formulação de alternativas para ocupação que permitam diminuir o impacto do crescimento da população e a incorporação de novos padrões, que incluem a fixação de aldeias e o crescente consumo de produtos industrializados.

Populações extrativistas e de agricultores familiares predominam nas parcelas mais ocupadas dos módulos da Flota do Amapá. Elas compõem as chamadas “comunidades” que se concentram no entorno da RDS do Rio Iratapuru e ao longo da Rodovia Perimetral Norte, margeando os limites do PARNA Montanhas do Tumucumaque e a TI Waiãpi. Esse eixo de ocupação que acompanha o trajeto da rodovia federal é aquele onde as alterações antrópicas são mais evidentes, em vista da implantação de projetos de assentamento e pelo estabelecimento de núcleos populacionais não planejados.

O avanço da silvicultura e da ocupação desordenada ao sul da RDS do Rio Iratapuru e nas proximidades da TI Waiãpi, bem como os potenciais conflitos que podem resultar do não encaminhamento da questão fundiária na região são frequentemente citados como as principais ameaças à integridade e conservação do Mosaico.

Os recursos vegetais madeireiros e não madeireiros são abundantes em toda a região do Mosaico.

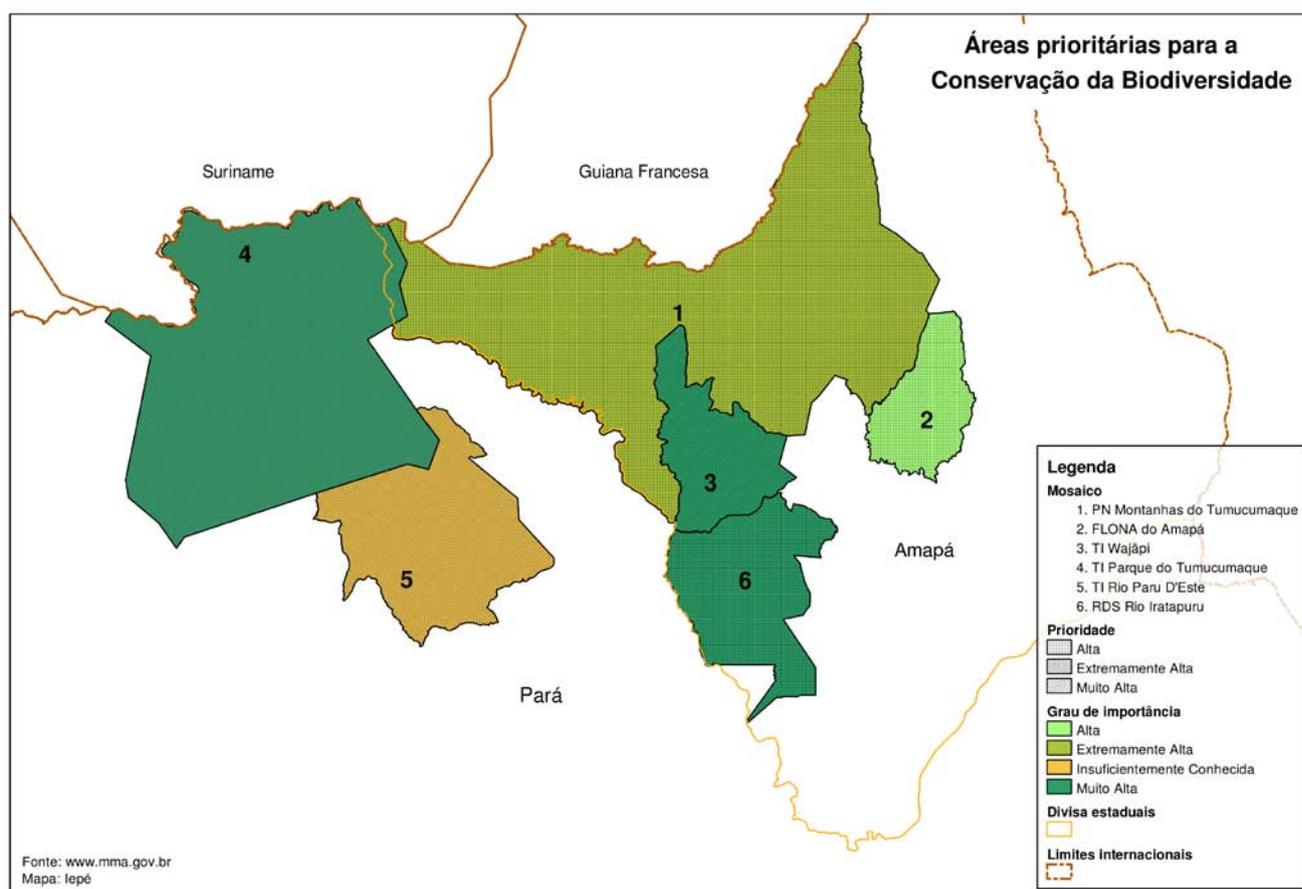
Há extensas áreas de concentração de castanheiras e boa diversidade de frutas que permitem forte expansão da atividade extrativista, além das possibilidades de exploração de recursos como resinas e óleos, cipós, plantas ornamentais e com aplicação medicinal.

O Governo do Amapá tem propostas para exploração de recursos madeireiros por concessão na Flota do Amapá, estando prevista a exploração do Módulo 4 exclusivamente pela população local (exploração comunitária). Entretanto, os encaminhamentos ainda são preliminares.

Sendo toda a região de difícil acesso, apenas recentemente começaram levantamentos direcionados à efetiva caracterização ambiental das unidades de conservação e registro de ocorrência de espécies. Ainda assim, os resultados referem-se a pequenas áreas amostrais alcançadas por grupos que vêm realizando expedições reunindo especialistas e técnicos de órgãos governamentais e organizações não governamentais que atuam em prol da conservação da biodiversidade.

O Mapa 2 mostra as unidades que compõem o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará e que estão incluídas entre as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade³. Na qualificação quanto à prioridade, as duas terras indígenas que formam o Complexo Tumucumaque, no lado paraense do Mosaico, são consideradas de prioridade extremamente alta. Já a TI Waiãpi é considerada de muito alta prioridade, enquanto o PARNA Montanhas do Tumucumaque, a FLONA do Amapá e a RDS do Rio Iratapuru são considerados de alta prioridade para a conservação da biodiversidade.

Quanto ao grau de importância, temos o PARNA Montanhas do Tumucumaque qualificado como de extrema importância. A TI Parque do Tumucumaque e a TI Waiãpi são consideradas de muito alta importância, enquanto a FLONA do Amapá é qualificada de alta importância para a conservação da biodiversidade. Os dados acumulados sobre a TI Rio Paru D'Este não foram considerados suficientes para permitir a qualificação da área quanto ao grau de importância para a conservação da biodiversidade, refletindo as dificuldades de acesso à região que interferem no ritmo dos estudos e pesquisas, como verificado nas demais áreas que formam o Mosaico.



Mapa 2: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Mosaico

³ A FLOTA do Amapá, o Parque Natural Municipal do Cancão e a Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo não estavam formalmente constituídos como unidades de conservação no período da consulta realizada pelo MMA para atualizar as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

4.3. As áreas que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

De acordo com os encaminhamentos assumidos no processo de constituição do Conselho Consultivo, compõem o Mosaico 2 unidades de conservação de jurisdição federal, duas unidades de conservação de jurisdição do Estado do Amapá, duas unidades de conservação de jurisdição municipal e três terras indígenas (Quadro 1).

As três terras indígenas que formam o Mosaico encontram-se regularizadas desde o final da década de 1990. Já as unidades de conservação encontram-se em diferentes estágios de consolidação, conforme consta do Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Grau de consolidação das UCs que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

UC Indicador	PARNA Montanhas do Tumucumaque	FLONA do Amapá	RDS do Rio Iratapuru	FLOTA do Amapá	Parque Natural Municipal do Cancão	RESEX Beija- Flor Brilho de Fogo
Instrumento formal de criação da UC	Decreto Federal s/n, de 22/08/02	Decreto-Lei Federal Nº 97.630, de 10/04/89	Lei Estadual Nº 392, de 11/12/97	Lei estadual Nº 1.028, de 12/07/06	Decreto Municipal Nº 085, de 14/11/07	Decreto Municipal Nº139, de 19/11/07
Registro - CNUC	SIM (Código 0000.00.0187)	SIM (Código 0000.00.0113)	SIM (Código 0000.16.0292)	Registro não encontrado	Registro não encontrado	Registro não encontrado
Grau de integridade do ambiente natural	Elevado, com focos de acesso não autorizado e presença de núcleos de ocupação permanente (Vila Brasil e Ilha Bela)	Elevado, com focos de invasão	Elevado, com limite sul pendente de definição quanto ao domínio e focos de uso inadequado	Elevado, com focos de uso não normatizado de recursos (caça, pesca, coleta) e pressão decorrente da ocupação nos limites	Elevado, com registro de uso ainda não normatizado para extração de cipó, caça e pesca	Bom, com registro de uso ainda não normatizado para atividades turísticas e de lazer, caça, pesca e extrativismo.
Instrumentos de gestão	Conselho Consultivo, Plano de Manejo, Plano de Desenvolvimento do Entorno, Zoneamento do PNMT. A equipe de gestão é formada por 5 analistas ambientais.	Conselho Consultivo; Plano de Manejo em fase conclusiva de elaboração	Conselho Deliberativo	Não definidos (administração compartilhada entre IEF-AP e SEMA-AP)	Não definidos (administração sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Serra do Navio com apoio da SEMA-AP)	Não definidos (administração sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari com apoio da SEMA-AP)
Situação do Conselho Gestor	Em atuação	Em atuação	Em fase de reestruturação	Não instituído	Não instituído	Não instituído

UC	PARNA Montanhas do Tumucumaque	FLONA do Amapá	RDS do Rio Iratapuru	FLOTA do Amapá	Parque Natural Municipal do Cancão	RESEX Beija-Flor Brilho de Fogo
Indicador Estrutura	Sede em Serra do Navio; casa de barcos a 3km da Sede, equipada; escritório em Oiapoque; equipamentos para deslocamentos terrestre e fluvial, equipamentos para escritório e comunicação remota; 5 analistas ambientais	Duas bases de apoio no interior da UC, 1 depósito em Porto Grande, 3 analistas ambientais	Escritório com alojamento e equipamentos, em Laranjal do Jari. Gerente e 2 técnicos respondem pela gestão. Unidade avançada localizada na comunidade São Francisco do Iratapuru, equipada e com alojamento. Uma funcionária faz a manutenção da unidade avançada	Informação sobre situação não disponibilizada	Informação sobre situação não disponibilizada	Informação sobre situação não disponibilizada
Atividades desenvolvidas	Pesquisa científica, proteção e fiscalização, divulgação em diversas mídias, gestão de conflitos no entorno, educação ambiental	Pesquisa científica; atividades pontuais de educação ambiental e fiscalização; monitoramento de ovos de tracajá; programa de apoio à implementação da UC e de desenvolvimento local sustentável	Pesquisa científica, atividades extrativistas por comunidades do entorno, visitaçao	A ser normatizado	A ser normatizado	A ser normatizado
Formas de acesso	Fluvial, a partir de Serra do Navio, pelo Rio Amapari. Terrestre e fluvial, a partir de Serra do Navio, pela vicinal Tucano II até o Rio Feliz (limite do Parque). Terrestre, por viciniais a partir da comunidade Lourenço, onde se chega pela Rodovia AP-260. Fluvial, pelo Rio Jari, a partir de Laranjal do Jari, até alcançar a foz do Rio Inipuku, limite da TI Waiãpi com o Parque	Via fluvial, pelo Rio Araguari, a partir do município de Porto Grande até a confluência do rio Falsino. O trajeto até o Rio Araguari pode ser feito em parte do ano também usando estrada vicinal entre Serra do Navio e Porto da Serra. Uma terceira via é percorrer trilha que vai do PA do Cedro (Município de Tartarugalzinho) até o Igarapé Traíra, no rio Falsino	Terrestre, a partir de Monte Dourado (PA) até Porto Sabão. A partir daí, deslocamento por via fluvial, passando pela confluência dos rios Jari e Iratapuru.	Terrestre e fluvial (detalhes não informados)	Terrestre e fluvial (detalhes não informados)	Terrestre e fluvial (detalhes não informados)

UC	PARNA Montanhas do Tumucumaque	FLONA do Amapá	RDS do Rio Iratapuru	FLOTA do Amapá	Parque Natural Municipal do Cancão	RESEX Beija-Flor Brilho de Fogo
Indicador						
Principais ameaças	Garimpo, caça, pesca e coleta ilegal; turismo não autorizado; exploração de madeira, focos de habitação irregular	Garimpo, caça, pesca e coleta ilegal; pressão no entorno onde há exploração de madeira	Focos de invasão, pressão no entorno decorrente da expansão da ocupação e focos de invasão; atividades não autorizadas de pesca e caça; garimpo dentro e nos limites da UC	Informação sobre situação não disponíveis	Não relatadas	Garimpo e atividades extrativistas não autorizadas

Fontes:

- 1) Gestores das UCs
- 2) www.mma.gov.br
- 3) montanhasdotumucumaque.blogspot.com
- 4) WWF-Brasil – Sistematização de informações de contexto e de atores no Bloco Tumucumaque (Funi, 2009)

4.4. Diagnóstico ambiental e socioeconômico das áreas que formam o Mosaico

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque⁴

O PARNA Montanhas do Tumucumaque é o maior parque de florestas tropicais contínuas do mundo. Inserido no Escudo das Guianas, o relevo é suavemente ondulado, com altitudes que variam de 100 a 400 metros acima do nível do mar. Existem dentro da unidade vários afloramentos rochosos que se projetam tanto no interior da floresta, quanto bem acima da copa das árvores. Em sua porção norte, próximo à fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa, alguns destes afloramentos chegam a atingir até cerca de 700 metros de altitude.

A vegetação do Parque ainda não foi totalmente mapeada, mas predominam as florestas densas de terra firme, florestas de igapó, florestas de encosta e formações mais secas associadas aos afloramentos rochosos. Alguns dos principais rios do Amapá têm as suas nascentes dentro ou associadas ao Parque. Pelo isolamento destas bacias é bastante provável que estes rios contenham uma fauna aquática rica, com a possibilidade de espécies endêmicas. O PARNA Montanhas do Tumucumaque está ainda totalmente inserido no centro de endemismo das Guianas para aves, e tem áreas inseridas em dois centros de endemismos para borboletas (Oiapoque e Manaus/Guiana) e dois centros de endemismo para plantas (Guiana e Amazônia Central Norte), além de estar em uma região de alta diversidade de espécies de primatas.

Expedições realizadas no interior da unidade na etapa de levantamentos visando à elaboração do Plano de Manejo permitiram registrar os seguintes dados:

- 366 espécies de aves pertencentes a 58 famílias;
- 70 espécies de anfíbios e 86 de répteis;
- com 156 espécies, o PNMT apresenta a maior riqueza de espécies de répteis e anfíbios registrados no Estado do Amapá, e uma das maiores da Amazônia Brasileira;

⁴ Bernard, E. (ed.). 2008. Inventários Biológicos Rápidos no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Amapá, Brasil. RAP Bulletin of Biological Assessment 48. Conservation International, Arlington, VA.

- 5 espécies de quelônios foram registradas, além de 3 espécies de jacarés;
- 3 espécies de anuros, 1 de Gymnophiona e 3 de lagartos possivelmente representam espécies novas para a ciência e aguardam descrição;
- 207 espécies de peixes, divididas em 93 gêneros e 26 famílias;
- foram identificadas e confirmadas 7 espécies novas para a ciência, algumas das quais já se encontram em processo de descrição. Pelo menos 23 espécies representam novos registros para o Estado do Amapá;
- 12 espécies de caranguejos e 7 espécies de camarões;
- 57 espécies de mamíferos não voadores;
- 48 espécies, 32 gêneros e cinco das oito famílias de morcegos conhecidas para a região amazônica.

Mesmo com o processo de identificação das amostras botânicas coletadas no PNMT ainda não totalmente concluído, é possível afirmar que pelo menos 147 famílias e 653 gêneros de plantas já foram confirmadas dentro ou bem próximo ao Parque. O grande tamanho do PARNA Tumucumaque, combinado com os baixos níveis atuais de ameaças diretas indicam o seu alto potencial para a conservação da biodiversidade a longo prazo. O tamanho do Parque é suficiente para abrigar populações viáveis de um grande leque de espécies, desde predadores até grandes frugívoros. O potencial desta unidade de conservação para a manutenção de serviços de ecossistemas, como a fixação de carbono ou a estabilidade de mananciais e de processos ecológicos, é gigantesco. O Parque apresenta também um grande potencial para a pesquisa. Talvez este seja o seu maior potencial, atrás apenas da prestação de serviços ambientais. Outras iniciativas, como a visitação turística, também devem ser buscadas, mas vão depender do estabelecimento de uma infraestrutura apropriada, que o Parque ainda não dispõe, além de uma equipe maior e bem treinada.

As pressões dentro e ao redor do PARNA ainda são consideradas muito baixas. Na comunidade de Vila Brasil, localizada às margens do Rio Oiapoque na fronteira com a Guiana Francesa, vivem cerca de 180 pessoas, tendo como atividade econômica mais significativa o comércio. Trata-se de núcleo de ocupação mais antigo que a criação do Parque, ao contrário da localidade de Ilha Bela, em relação a qual a equipe gestora e o Conselho Consultivo do Parque já iniciaram entendimentos para retirada das famílias. Não existem outros focos de população residente em interior da UC. Entretanto, garimpos ilegais representam ameaça a sua integridade, com a invasão de garimpeiros na região do Lourenço e na fronteira com o Suriname e Guiana Francesa. Existem sinais e indícios de atividade garimpeira ativa no interior do Parque, além da presença de pistas de pouso clandestinas detectáveis por imagens de satélite. O Parque também faz fronteira com áreas historicamente ocupadas pelo garimpo ilegal de ouro e outros minerais. Representam ameaças também a caça e a pesca em sua porção sul, próximo a Serra do Navio, e a abertura de ramais na região da Perimetral Norte. Entretanto, desconhece-se a real dimensão e o impacto destas atividades.

Floresta Nacional do Amapá⁵

Com uma área de 412.000 ha, a Floresta Nacional do Amapá foi criada em 04 de outubro de 1989 e é classificada como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

O relevo da Flona do Amapá é predominantemente plano, com partes suavemente onduladas e uma altitude média de 100 m acima do nível do mar. Existem dentro da unidade vários afloramentos rochosos que se projetam tanto no interior da floresta, quanto acima da copa das árvores, no caso dos maiores. Os solos predominantes são o latossolo amarelo, latossolo vermelho-amarelo, latossolo vermelho-amarelo podzólico e podzólico vermelho-amarelo. A temperatura média varia entre 27,3 a 29,9°C e a precipitação é superior a 2.000 mm anuais.

Inserida no Escudo das Guianas, uma região com aproximadamente 8.000 espécies vegetais descritas, a Flona do Amapá apresenta vegetação bastante diversa, predominando florestas tropicais do tipo ombrófila densa, com a existência de mosaicos de outros tipos de vegetação circundados por estas florestas. Dentre estes mosaicos podem ser mencionadas formações de floresta menos densa, manchas de tabocais, capoeiras e de vegetações adaptadas aos afloramentos rochosos. A vegetação ao longo dos rios e principais corpos d'água pode ser inundada durante os períodos de cheia.

À semelhança do que ocorreu no PNMT e na RDS do Rio Iratapuru, foram realizadas, com apoio de organizações parceiras dos gestores das UCs, expedições para levantamentos rápidos, visando, entre outros objetivos, à elaboração do Plano de Manejo da FLONA do Amapá. Esses levantamentos permitiram registrar os seguintes dados:

- nos estudos botânicos, cerca de 60 gêneros e 40 famílias na área que foi objeto da primeira expedição e 147 espécies e 42 famílias na área definida para a segunda expedição;
- 287 espécies de aves, pertencentes a 52 famílias;
- 135 espécies da herpetofauna, sendo 72 espécies de anfíbios (70 de anuros e duas de Gymnophiona) e 63 espécies de répteis (25 de lagartos, uma de Amphisbaenia, 24 de serpentes, 10 de quelônios e três de jacarés);
- 49 % das espécies de anfíbios, 28 % das espécies de lagartos, 70 % das espécies de jacarés, 66 % das espécies de quelônios e 16% das espécies de serpentes esperadas para a região Amazônica;
- 50 espécies de mamíferos não-voadores;
- 39 espécies, 30 gêneros e cinco famílias de morcegos;
- 116 espécies e morfotipos de peixes, distribuídas em 65 gêneros e 23 famílias;
- 20 espécies, nove gêneros e quatro das seis famílias de crustáceos conhecidas para a região amazônica.

Os levantamentos sócio-econômicos realizados na Flona⁶ indicam a existência de 6 ocupantes no interior da unidade e 34 no seu entorno imediato. A principal atividade econômica é o cultivo de roças, sendo predominantes os cultivos de mandioca (com a qual produzem farinha),

⁵ Bernard, Enrico (Coord.) - Inventários Biológicos Rápidos da Floresta Nacional do Amapá. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA) e Conservation International (CI). Macapá, 2006.

⁶ Schimidt, Carlos Henrique (Responsável Técnico) – Levantamento Sócio-econômico do interior e entorno imediato da FLONA-AP. Relatório Analítico. Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA). Macapá, 2006.

macaxeira, banana e cana-de-açúcar. As famílias também criam pequenos animais e cultivam frutíferas nos quintais.

Além da comercialização da produção das roças e quintais, as famílias complementam seu sustento com a venda de pescado, trabalhos eventuais ou sazonais, aposentadorias e pensões, além de outros programas governamentais de transferência de renda.

O tempo médio de ocupação da área identificado foi de 19 anos, mas a grande maioria das famílias mantém casas na sede do município de Porto Grande.

As famílias que ocupam a FLONA e seu entorno também praticam caça, coleta de recursos não madeireiros, exploração de madeira e garimpo.

Os ocupantes se deslocam exclusivamente por meio fluvial, usando embarcações de pequeno porte confeccionadas na própria região.

As principais ameaças à integridade são as atividades de caça, pesca e coleta realizadas de forma irregular ou não autorizada. Há denúncias de garimpo no interior da unidade, mas há também impactos causados por focos da atividade fora dos limites da FLONA. Outros focos de pressão relevante são a exploração de madeira e a expansão da ocupação no entorno, evidenciada pela abertura de ramais (estradas vicinais).

São várias as atividades econômicas de base conservacionista com bom potencial na FLONA do Amapá. Os estudos realizados visando à formulação do Plano de Manejo indicam que além da exploração dos recursos madeireiros, em conformidade com a categoria da UC, podem ser viáveis também:

- a remuneração pela fixação de carbono e outros serviços ambientais;
- a exploração do potencial turístico e da pesca esportiva;
- a exploração de recursos vegetais não madeireiros.

O apoio à constituição de cadeias produtivas locais e ao desenvolvimento sustentável direcionado para a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias que ocupam o interior e o entorno da UC estão em andamento por meio de programa específico, que está sendo implementado pelo gestor da unidade juntamente com organizações parceiras.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru

O relevo da RDS do Rio Iratapuru é levemente acidentado, predominando terras baixas na porção sul e ondulações formadas por planaltos residuais na porção norte. A altitude varia de 130 a 550 metros acima do nível do mar. Os solos predominantes são o latossolo vermelho-amarelo e o podzólico vermelho-amarelo, com origem pré-cambriana. A temperatura média varia entre 27,3 a 29,9°C e a precipitação é superior a 2.000 mm anuais. O período chuvoso estende-se de dezembro a julho, e o de estiagem de agosto a novembro, sendo que o mês de outubro é o que apresenta maiores temperaturas, e o período de fevereiro a abril com temperaturas mais amenas.

O complexo hidrográfico é constituído pela bacia do rio Iratapuru, afluente do rio Jari, caracteriza-se por ser um rio de planalto, portanto apresenta grande potencial hidrelétrico e pesqueiro.

Em decorrência das condições ambientais, principalmente climática e florística, a faixa onde se encontra a reserva apresenta grande riqueza faunística, com a presença de animais típicos habitantes da floresta tropical úmida, com destaque para as variadas espécies de aves, sendo mais comuns os papagaios, araras, tucanos, periquitos e variadas espécies de passarinhos. Dentre os da mastofauna constatamos a presença de porcos-do-mato (*Tayassu tajacu*), capivaras (*Hidrochoeros*

hidrochaeris), cotias (*Dascyprocta aguti*), pacas (*Cuniculus paca*), tatus (*Dasypus novencinctus*), etc., além de uma grande quantidade e variedade de cobras e jacarés⁷.

O diagnóstico e o zoneamento participativos da RDS do Rio Iratapuru⁸ resultou numa avaliação preliminar em que a área da reserva foi dividida em três parcelas.

A primeira parcela, ao sul da UC, é marcada por um relevo acidentado que tem forte influência sobre a cobertura vegetal. Apresenta um mosaico muito variado, que vai desde a floresta de alto porte com presença diferenciada da castanha-do-Brasil até campinarana e áreas antropizadas passando pela floresta de baixo porte. É a unidade mais antropizada da RDS com forte influência do rio Jari.

No extremo sul, a RDS é coberta majoritariamente por uma floresta de alto porte com a presença de castanha-do-Brasil, associada ao relevo ondulado do reverso do planalto de Maracanaquara. Ao longo das margens do rio Iratapuru se apresentam as maiores áreas antropizadas sobre latossolos amarelos álicos e podzólicos, com grau médio e alto de vulnerabilidade. Verifica-se expansão produtiva centrada nas oportunidades extrativas de castanha-do-Brasil. Em relação ao potencial extrativo oferecido pela castanha na área total da RDS apenas uma parte se constitui em área de coleta efetiva de frutos. Segundo o IEPA o gargalo consiste na limitação de acesso aos castanhais e transporte pelos trechos encachoeirados do rio Iratapuru. Essa unidade é vizinha de áreas que incluem remanescentes da floresta de terra firme, capoeiras e áreas produtivas, onde estão localizadas comunidades que exploram a castanha da RDS.

A faixa intermediária, entre 00º 15' latitude sul e 00º 15' latitude norte, é constituída principalmente pela floresta de alto porte com domínio da castanha-do-Brasil, listrado por longas florestas aluviais ao longo dos terraços fluviais.

Ainda segundo os resultados do zoneamento participativo da RDS, a porção mais setentrional da reserva é constituída por dois ambientes naturais principais: a floresta de alto porte com domínio da castanha-do-Brasil e, em menor medida, pela floresta de alto porte com dossel pouco estratificado. O extremo norte é caracterizado por florestas de alto porte e de porte mediano sob condições topográficas diferenciadas de altas superfícies tabulares sem intervenção social. É constituída de planaltos residuais do complexo guianense. Os solos são predominantemente de tipo latossolos vermelhos amarelos. As litologias dominantes são granito-gnaisses e rochas metamórficas. Apresenta pouca vulnerabilidade. Pode oferecer possibilidades de expansão produtiva centrada no estado potencial diferenciado da floresta (extrativismo de madeira e agricultura).

A RDS do Rio Iratapuru também foi objeto dos inventários biológicos⁹ realizados em colaboração pelo IEPA, Conservação Internacional Brasil (CI) e SEMA-AP, no âmbito de programa conjunto que visa à implementação das unidades de conservação no Amapá. No caso da RDS foram três expedições que avaliaram três áreas amostrais. Os registros de espécies feitos durante os levantamentos resultaram nos seguintes dados:

7 Plano de gestão preliminar para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Farias e Dias, 2002

8 Sistematização de informação para o diagnóstico e o zoneamento participativos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Garcia e Pasquis, 2002

9 Bernard, Enrico (Coordenador Geral e Editor) - Inventários Biológicos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Iratapuru. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA) e Conservação Internacional. Macapá, 2006.

- pelo menos 398 espécies e morfotipos de plantas, divididas em 78 famílias;
- pelo menos 376 espécies de aves, pertencentes a 61 famílias distintas;
- 54 espécies de anfíbios (53 Anuros e 1 Gymnophiona) e 67 de répteis (30 de lagartos, 29 de serpentes, 5 de quelônios, 2 de jacarés e uma de Anfisbena).;
- mamíferos de sete ordens, 17 famílias e 36 gêneros, totalizando 41 espécies, sendo 8 espécies de primatas;
- 41 espécies, 26 gêneros e cinco das oito famílias conhecidas de morcegos para a região amazônica;
- 164 espécies e morfotipos de peixes, distribuídos em 92 gêneros e 32 famílias;
- 19 espécies, oito gêneros e quatro das seis famílias conhecidas de crustáceos para a região amazônica.

Não há habitação permanente no interior da UC, mas uma presença sazonal, determinada pela atividade extrativa. As diferentes famílias que exploram a castanha-do-Brasil na reserva constroem seus 'retiros' (residências temporárias) nas áreas de coleta ao longo do rio Iratapuru e dos igarapés, onde permanecem durante a safra.

A população que hoje explora os castanhais da RDS é composta por descendentes de migrantes vindos de outros estados da região norte e de vários estados da região nordeste, que chegaram ao Amapá em diferentes levadas migratórias ao longo do século XX.

Desde os primeiros momentos submetidas ao regime do aviamento, as famílias, que aos poucos passaram a compor pequenos núcleos populacionais, assistem à apropriação privada de grandes extensões de terra no sul do Amapá, que habitam e de que fazem uso conforme anuência do proprietário.

A consolidação de dados sobre as comunidades que ocupam a RDS do Rio Iratapuru ainda depende da conclusão dos trabalhos do órgão fundiário estadual. Porém, ao longo do processo de mobilização para criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, foram identificadas comunidades que se apresentaram ou que foram apontadas como extrativistas usuárias da UC, conforme mostra o Quadro 4, abaixo. Um dado significativo verificado ao longo desse processo é a compreensão mútua, entre lideranças Wajãpi e extrativistas, de que as famílias wajãpi que ocupam aldeias próximas ao limite da terra indígena com a RDS fazem parte do conjunto de comunidades ligadas à reserva extrativista.

Quadro 4: Comunidades do entorno da RDS do Rio Iratapuru

Comunidade	Local	População	Associação	Produção
Riozinho	Perimetral Norte (Pedra Branca)	50 famílias (cerca de 250 hab)	Associação de Mulheres	Mandioca, açaí, cupuaçu
São Miguel	Rio Cupixi	47 pessoas	Não	Agricultura familiar
Comunidade do S	Jari	29 famílias. 61 pessoas	Aproflora	Extrativismo (camu-camu e castanha-do Brasil)
Cachoeira Santo Antonio	Rio Jari	20 famílias ± 100 pessoas	Sim	Castanha-do-Brasil, banana, açaí, cacau e outros
São José	Margem esquerda do Rio Jari	9 famílias	Não	Agroextrativismo e manejo – castanha-do-Brasil, açaí, roça
São Francisco do Rio Iratapuru	Rio Iratapuru	42 famílias	Cooperativa Comaru	Breu, copaíba, castanha-do-Brasil etc.

Comunidade	Local	População	Associação	Produção
Padaria	Subindo Rio Jari, margem direita	380 habitantes	Associação dos produtores extrativistas da Comunidade de Padaria	Castanha-do-Brasil, açaí, banana, mandioca
Retiro	Rio Jari	43 pessoas	Não	Castanha-do-Brasil e agricultura familiar
Wajãpi	Terra Indígena Waiãpi	980 pessoas	Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, Apiwata	Matérias primas para fazer casas e artesanatos, roça, frutíferas

Fonte: Iepé

A RDS do Rio Iratapuru apresenta elevado grau de integridade de seu ambiente natural. As pressões experimentadas dentro da UC e até em boa parte de seu entorno imediato ainda são consideradas baixas, mas podem ser citadas a caça e a pesca sem acompanhamento, e, principalmente, a presença de garimpos ao longo do Rio Cupixi Grande, dentro da UC e nos seus limites, além dos indícios de garimpo no Rio Jari.

São altos os potenciais para desenvolvimento de atividades econômicas com bases conservacionistas, algumas delas já exploradas, como o extrativismo de recursos não madeiros (castanha-do-Brasil, camu-camu, açaí e outras futas, breu e outras resinas e óleos, etc.). Uma vez instituído formalmente o Plano de Manejo, as comunidades extrativistas do entorno da RDS deverão ter formuladas suas estratégias para enfrentar obstáculos de três ordens: grandes dificuldades de acesso e deslocamento para escoar a produção, deficiências de infraestrutura na região e a ainda insuficiente articulação intra e intercomunitária.

Outra atividade com bom potencial é o turismo, seja direcionado ao elemento paisagístico, seja voltado à prática de esportes. Para o desenvolvimento dessas potencialidades, é necessário, além da regulamentação do uso da unidade com seu Plano de Manejo, superar as deficiências de infraestrutura, e criar condições físicas e profissionais para que as comunidades recebam adequadamente o público interessado.

Há indicações de que o Governo do Estado do Amapá avalia as possibilidades de exploração dos recursos madeiros existentes na UC, o que deverá ficar esclarecido com a disponibilização ao público do Plano de Manejo.

Floresta Estadual do Amapá

No final da década de 1990, o Governo do Estado do Amapá apresentou estudos visando fundamentar pleito estadual pela transferência de domínio de terras da União para o aproveitamento do potencial madeiro e dos recursos vegetais não madeiros, na área de floresta densa a leste das unidades de conservação e terras indígenas instituídas em território amapaense.

Os entendimentos em torno do tema resultaram na criação da Floresta Estadual do Amapá, em 2006, composta de 4 módulos totalizando 2.369.400 hectares.

Segundo a Lei de criação da Flota do Amapá, o uso sustentável dos recursos da UC ocorrerá por meio da exploração de recursos renováveis e não renováveis, observando a perenidade dos recursos ambientais e processos ecológicos e mantendo a biodiversidade.

O Módulo I, no centro do território estadual, tem limites comuns com a FLONA do Amapá, o PARNA Montanhas do Tumucumaque, a TI Waiãpi e a RDS do Rio Iratapuru. No interior deste

Módulo situam-se o Projeto de Assentamento Perimetral Norte e a RESEX Beija-Flor Brilho de Fogo.

O Módulo II, no centro-sul do Estado, faz limite com a RDS do Rio Iratapuru. Todo o restante do Módulo está limitado por áreas destinadas a projetos de assentamento e sob forte influência da ocupação em torno das rodovias.

O Módulo III ocupa uma área que se estende do centro em direção ao norte do Estado do Amapá. No lado leste, seus limites também são acompanhados por áreas destinadas à implantação de projetos de assentamento, enquanto no lado oeste confronta-se com a FLONA do Amapá e o PARNA Montanhas do Tumucumaque. O limite norte do Módulo III confronta-se como limite sul do Módulo IV.

O Módulo IV, localizado ao norte do Estado, tem parte de seu limite norte confrontando o PARNA Cabo Orange e a TI Uaçá. Todo o limite oeste do Módulo acompanha o PARNA Montanhas do Tumucumaque. No interior deste Módulo o Governo do Estado criou um sub-módulo de conectividade do Corredor da Biodiversidade, entre o PARNA Montanhas do Tumucumaque e a TI Uaçá.

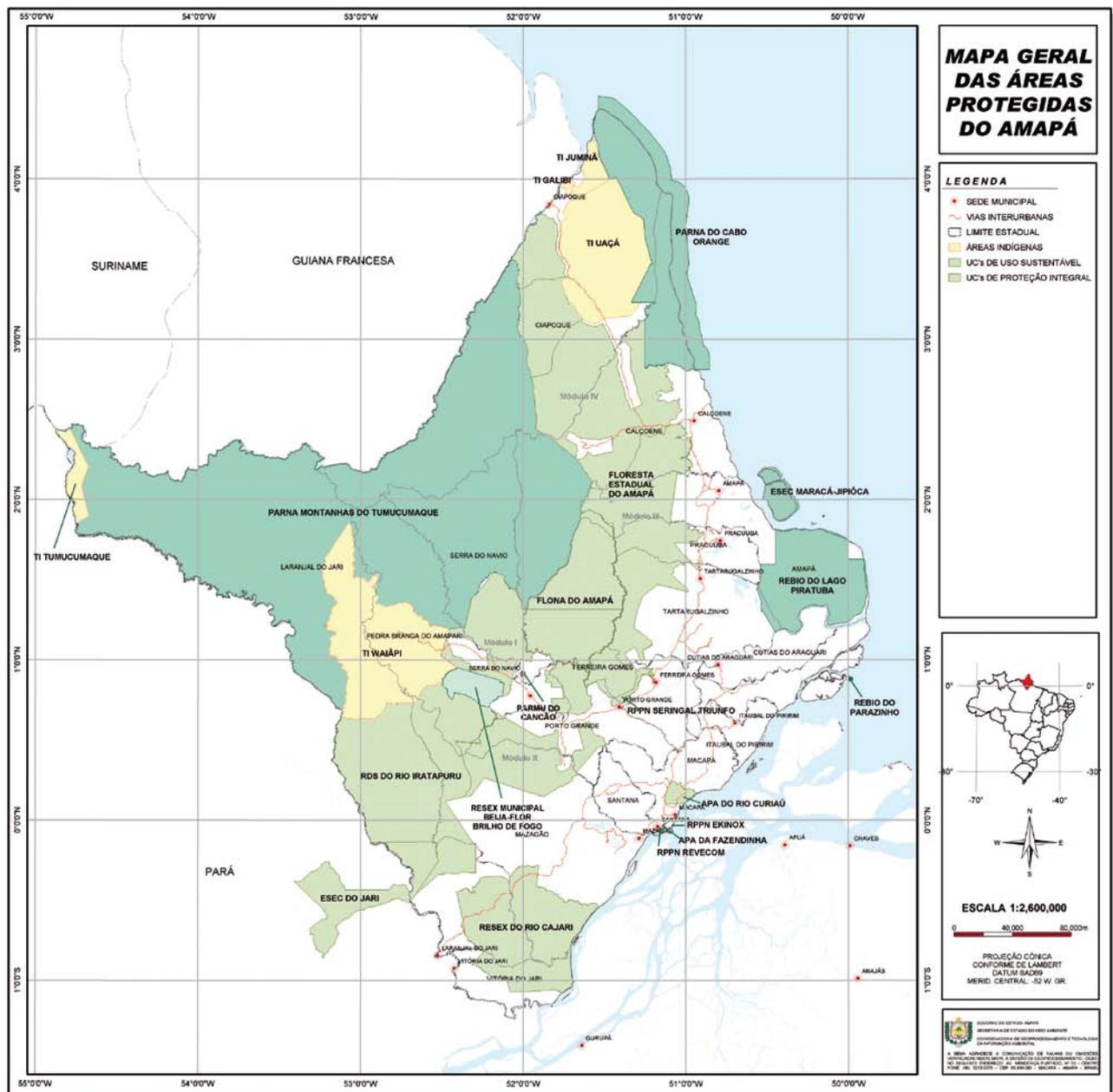
Conforme Plano de Uso Florestal divulgado pelo Governo do Estado do Amapá, a destinação dos módulos ficaria assim definida:

Módulos I, II e III destinados à exploração, em regime de concessão, por empreendimentos florestais privados madeireiros e não madeireiros, inseridos em cadeias produtivas locais, tendo o Governo procedido a levantamentos preliminares sobre empresas processadoras de madeira;

Módulo IV destinado à valorização de cadeias produtivas de madeira/móveis do Estado com modelos de exploração voltados à participação comunitária e agregação de valor social e econômico em nível local.

A FLOTA do Amapá está apenas iniciando seu processo de implementação, estando prevista a realização de estudos visando à elaboração do Plano de Manejo e à constituição de Conselho Consultivo. Segundo o Instituto Estadual de Florestas (IEF/AP)¹⁰, o Amapá é uma das unidades da federação com maior chance de utilizar seus recursos naturais de forma ordenada, tendo em vista que possui 97% de sua cobertura florestal original, e tem uma posição geográfica estratégica na foz do rio Amazonas, com amplas possibilidades de atingir mercados ambientalmente sensíveis. Visando promover o desenvolvimento sustentado do setor florestal, o estado estabeleceu uma política que incluiu o zoneamento florestal, com incentivo a adoção do manejo florestal privado e comunitário, certificação florestal, capacitação de técnicos e mão de obra local, fortalecimento do sistema de monitoramento e controle.

¹⁰ Fonte: www.ief.ap.gov.br



Mapa 3: Mapa Geral das Áreas Protegidas do Amapá

Parque Natural Municipal do Cancão

Situado ao sul do Município de Serra do Navio, o Parque do Cancão foi demarcado com pouco mais de 370 hectares. A recomendação para a criação da unidade foi feita à Prefeitura Municipal de Serra do Navio, após estudos, com objetivo de preservar amostras de floresta Amazônica, espécies da flora e fauna, a recuperação de áreas degradadas, a manutenção de bacias hidrográficas, e valorização do patrimônio paisagístico e cultural do município.

Os levantamentos realizados com apoio do Governo do Estado (SEMA e IEPA) apontaram o bom estado de preservação da área sugerida para implantação da UC e a possível ocorrência de uma alta biodiversidade, incluindo espécies de interesse científico.

Sendo unidade da categoria proteção integral, o Parque Municipal se destinará à pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo, como também à proteção do igarapé do Cancão e à regulação do clima regional.

A área da Unidade de Conservação é caracterizada por vegetação predominante do grupo da floresta ombrófila densa e de igapó, formando um conjunto de pequenas serras e baixadas. O clima é tropical úmido com duas estações distintas, sendo que a primeira começa em agosto e se prolonga até dezembro, constituindo o período seco, chamada pela comunidade da região de verão, enquanto que no período de janeiro a junho tem-se a estação chuvosa, que é denominada de inverno. O índice pluviométrico é superior a 3000mm ao ano, com temperatura oscilando entre 20 e 36°C.

A UC apresenta grau elevado de integridade ambiental, apesar de estar localizada no limite da área de expansão urbana do Município de Serra do Navio. O desmatamento, a formação de depósitos de resíduos sólidos nas proximidades do Parque e invasões são as principais ameaças.

O Plano de Manejo que regulamentará as atividades no Parque ainda não foi elaborado, mas a SEMA-AP e a Prefeitura de Serra do Navio têm indicado o pagamento de serviços ambientais e o turismo como elementos de promoção do desenvolvimento com base conservacionista que poderão ser viabilizados com a implementação e consolidação da unidade.

A região em que está localizado o Município de Serra do Navio tem sua história de ocupação recente associada à mineração. A criação de unidades de conservação municipais tem ocorrido no âmbito da aplicação de recursos oriundos de medidas de compensação impostas a empreendimentos minerários por força da legislação ambiental.

Parte da população nos municípios da região em que se situa Serra do Navio está empregada nas mineradoras, mas há também grande ocorrência de projetos de assentamento e áreas ocupadas por famílias de pequenos agricultores em assentamentos não regularizados, o que torna o desenvolvimento de cadeias produtivas locais uma alternativa para promoção de atividades econômicas em bases conservacionistas.

Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo¹²

Localizada ao sul do Município de Pedra Branca do Amapari no Estado do Amapá, a Resex compreende uma faixa de terra de 68.524,20 hectares.

A área apresenta vegetação natural bastante preservada e com pouca modificação antrópica, com variedade de espécies de plantas e animais que fazem da região um lugar de transição de igapós, nos quais há ocorrência de grandes açaçais.

Não há moradores dentro da área, mas os comunitários do entorno utilizam os recursos naturais como complemento da renda familiar através da extração do cipó titica e o fruto do açai, e complementam a alimentação por meio da pesca e caça.

A Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari estabeleceu como objetivos com a criação da UC:

- assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis;
- proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

A promoção de cadeias produtivas locais, voltadas para o extrativismo e a agricultura familiar, são potencialidades para o desenvolvimento de atividades econômicas em bases conservacionistas na região. Assim como no Parque Municipal do Cancão, também na Resex Beija-

12 Proposta de Criação da Resex Municipal Brilho de Fogo (SEMA-AP, 2007).

Flor Brilho de Fogo o turismo se apresenta como uma das alternativas para promoção da melhoria da qualidade de vida da população local.

Terras Indígenas Parque do Tumucumaque, Rio Paru D'Este e Waiãpi¹³

A Floresta Densa e Úmida de Terra Firme domina as TIs Wajãpi e Rio Paru d'Este e toda essa região do Planalto das Guianas. A exceção fica por conta da TI Parque do Tumucumaque e a região contígua, ao sul, que se encontra entre esta TI e a TI Rio Paru d'Este, onde dominam formações de cerrado e regiões de transição entre cerrados e Florestas de Terra Firme.

A região do Planalto das Guianas encontra-se quase que completamente coberta por ecossistemas florestais. A maioria dos ambientes florestais ali encontrados podem ser descritos como ambientes de 'terra-firme', embora haja grande presença de ambientes intermediários, onde são encontradas, dispersas entre as espécies vegetais típicas deste tipo de floresta, espécies típicas de várzea, na beira dos maiores cursos d'água e espécies típicas de igapó, encontradas sobre terrenos inundados. A disposição espacial dos diversos ambientes florestais encontrados apresenta-se na forma de um grande mosaico, onde os ambientes se alternam segundo as variações do relevo e das concentrações da água presentes no solo. Uma grande variedade de micro-ambientes, nos quais são encontradas vegetações específicas, completam a constituição deste grande mosaico.

As florestas da região são muito ricas em diversidade de espécies de seres vivos. Sua composição vegetal é caracterizada por matas densas, sendo que há grandes variações na estrutura, composição e densidade nos diversos tipos de vegetação. Nas regiões montanhosas, a vegetação é caracterizada pela presença de espécies arbóreas muito altas. Porém, em certos locais, a floresta chega a desaparecer, formando-se manchas de afloramentos rochosos, recobertos apenas por algumas espécies de *Clusia* e *Mirtaceae*.

As florestas mais altas se estendem por toda a região, variando de paisagens de mata alta de terra firme, onde a altura das espécies arbóreas de seu dossel se compõe por espécies que atingem de 40 a 50 metros, contando ainda com algumas espécies 'emergentes', que ultrapassam em muito esta altura, como é o caso das espécies de Angelim (*Hymenolobium excelsum*), a Quaruba e a Maçaranduba. Embora estas espécies estejam presentes em toda a área, ocorrem com maior densidade em regiões específicas, formando grandes manchas onde a ocorrência aumenta consideravelmente. O Angelim ocorre predominantemente nas partes elevadas, onde o terreno é mais acidentado, enquanto as Maçarandubas são observadas nos baixios e nas áreas de relevo mais aplainado, geralmente mais próximas dos rios e igarapés. Algumas outras espécies arbóreas típicas encontradas nesta região são a Andiroba, a Ucuuba, a Mandioqueira-escamosa, a Quaruba-rosa, as Abioranas, os Louros, os Matamatás, a Cupiúba, a Sucupira, a Sorva e a jutairana. Além dessas espécies, são ali encontradas diversas outras espécies arbóreas de porte elevado, como o Jutáí (*Hymenaea courbaril* L.), o Cedro (*Cedrela odorata*), a Tatajuba (*Bagassa guianensis*), o Cajuí (*Anacardium giganteum*), a Acariquara (*Minuartia punctata*), a Jarana (*Holopixidium jarana*), o Taperebá (*Spondias lutea*), o Tauari (*Couratari pulchra*), o Cumaru (*Coumarona odorata*), entre outras, das quais encontra-se uma dominância notável de espécies arbóreas da família anonácea. Além disso, ali a maioria dos tipos de mata são caracterizadas pela grande ocorrência de espécies de lianas lenhosas (cipós) e muitas espécies epífitas (bromeliáceas e orquídeas).

Nas regiões mais baixas encontram-se tipos de mata mais baixas. Nas áreas próximas às margens dos rios e igarapés a cobertura florestal é muito mais densa e ocorre a presença de

13 Diagnóstico Socioambiental das Terras Indígenas Wajãpi, Parque Indígena do Tumucumaque e Rio Paru d'Este (Iepé, 2007).

árvores muito altas como a Sumaúma. Além disso, ocorrem vegetações intermediárias, nas quais são encontradas espécies vegetais típicas das várzeas dos grandes cursos d'água amazônicos. Dentre elas, além das Sumaúmas, destacam-se a Ucuúba e o Bacuri-pari.

Nas áreas alagadas, igapós, é encontrada uma vegetação típica, onde se destaca a presença de palmeiras como o Açai, de troncos finos e altos, que chegam a alcançar 30 metros de altura, a Paxiúba e o Buriti.

Na parte noroeste da TI Parque do Tumucumaque encontra-se uma região coberta por cerrados (savanas). Alcança, ao norte, a serra de Tumucumaque e ao sul se estende até o igarapé Urucuriana, afluente do rio Paru de Oeste. Os cerrados abrangem a bacia de três rios principais: o rio Paru de Oeste, o rio Marapi, que marca o limite oeste dos cerrados, e o igarapé Urucuriana, que contorna a área pelo lado sudeste.

Esta região é também denominada "campos do alto rio Paru de Oeste" ou "campos do Cuminá" e ocorrem também nesta área fragmentos de vegetação florestal, que acompanham o rio em forma de galeria ou mata ciliar. As áreas campestres são de diferentes tipos, predominando os cerrados de Cimbé (*Curatella americana*), Muricis (*Byrsonina* sp.), Jenipapo do campo (*Tocoyena formosa*) entre outras. Os campos são entrecortados por igarapés e há alguns baixios alagáveis onde ocorrem formações de Buriti (*Mauritia flexuosa*). No limite dos campos com a Mata Ciliar é comum a presença de uma formação característica de transição constituída por uma mata baixa de árvores finas e tronco reto, em média com 3 a 5 metros de altura e sub-bosque relativamente limpo. A área total de savanas tem cerca de 7.358 km² e pode ser subdividida em três tipos principais:

Cerradão

Localizada na região central e sul dos cerrados, esta formação é caracterizada por um conjunto mais ou menos denso de árvores cujas alturas variam entre 10 e 15 metros. Poucas espécies florestais adaptaram-se às condições da savana, apresentando para isso alterações nas características externas como altura, forma e espessura. Entre estas espécies destacam-se: Tamanqueiras, Cariperana, Parapará e Piquiarana.

Além destas, foram descritas para esse ecossistema as seguintes espécies dominantes: Breu de campo (*Protium cordatum* Hub.), Sucupira do campo (*Boldichia virgilioides* H.B.K.), Macucu-fofo (*Saccoglottis* sp.), Uchirana (*Saccoglottis amazonica* H.B.K.), Goiabinha (*Myrtaceae* sp.), Umiri (*Humiria floribunda* Mart.), entre outras.

Campo-cerrado

O campo cerrado pode ter origem natural ou antrópica, é um ambiente sujeito ao fogo anual e sua composição florística é semelhante à do Cerradão, mas apresenta espécies dominantes que o caracterizam em cada região em que ocorre.

Este ecossistema foi observado em uma área acidentada, localizada na região sul das savanas. Contém espécies arbóreas e gramíneas; a estrutura é aberta a mais ou menos densa. As espécies predominantes são: *Himatanthus sucuba* (Sucuuba), *Andropogon* sp., *Croton arirambae* Hub., *Tococa nitens* Triana entre outras.

Cerrado-Parque

Ocupa uma extensa área na parte norte e noroeste dos cerrados. Sua vegetação tem aparência uniforme e contínua e é composta principalmente por gramíneas e arbustos. Na região em que ocorre também estão presentes encaves de formações florestais, o que faz com que a paisagem não seja contínua, mas sim um mosaico de formações vegetais.

As áreas florestais são reduzidas e estão restritas às margens dos cursos de água perenes, sendo chamadas de Florestas de Galeria e são caracterizadas pela presença de Buriti (*Mauritia*

flexuosa Mart.) e Caranã (*Mauritia martiana* Spruce.). Com a variação periódica no nível das águas, muitas vezes regiões maiores são alagadas e ocorre uma extensão das Florestas de Galeria originando pequenas formações florestais constituídas por Ucuuba (*Virola melinonii*), Morototó (*Didymopanax morototoni*), Envira-branca (*Xylopia nitida*), Jutaí-mirim (*Hymenaea intermedia*), Pau-jacaré (*Laetia procera*), Caripé (*Licania pruinosa*), Tamanqueira (*Sclerolobium melanocarpum*), Sumaúma (*Ceiba petandra*), Parapará (*Jacaranda copaia*), Mandioqueira-branca (*Qualea albiflora*), Tinteiro (*Miconia surinamensis*), Muiraúba (*Mouriri brevipes*) e outras.

Além destes tipos de vegetação, podem ainda ocorrer, incrustadas na área de cerrado-parque, bacias permanentemente alagadas cobertas por vegetação rasteira de hábito pantanoso e circundadas por florestas de galeria.

A área que apresenta características de tensão ecológica devido ao contato floresta/cerrado está localizada a sudeste dos cerrados. Nesta região há uma associação complexa de pequenos grupos de comunidades vegetais. Esta intercalação de vegetações com características diferentes ocorre devido às manchas de solos oligotróficos ou lateríticos. Nas regiões de solos lateríticos a vegetação é de Cerradão enquanto que nas regiões de solos oligotróficos ocorrem comunidades florestais, geralmente ocupando vales abertos ou encostas. Nestas comunidades florestais a Maçaranduba e o Angelim são frequentes, havendo ainda Imbaúba, Sumaúma, Tamanqueira, Tauari, Tatajuba, Carapanaúba, Murici-vermelho, entre outras.

Há ainda algumas regiões campestres, cuja vegetação é caracterizada por espécies herbáceas, principalmente gramíneas e ciperáceas.

A região amazônica corresponde a um antigo núcleo continental estável, denominado Plataforma Amazônica. Sua composição é heterogênea, englobando terrenos de natureza variada. As terras altas da Amazônia são compostas por porções cratônicas compreendendo antigas rochas ígneas e metamórficas posteriormente cortadas por granitos intrusivos e recobertas por extensos derrames vulcânicos e sedimentos continentais. A porção cratônica setentrional, onde se localiza o Complexo Tumucumaque e a TI Waiãpi, compreende as maiores elevações do território brasileiro e se estende a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Por terem origem mais antiga, as terras altas da Amazônia sofreram um maior grau de intemperismo, além disso, formaram-se solos profundos encobrendo o substrato rochoso.

A região ocupa terrenos do Pré-Cambriano. Apesar disso, tanto os solos quanto os relevos que se desenvolveram na região sofreram influências de oscilações climáticas que ocorreram durante o Quaternário. As oscilações paleoclimáticas secas deixaram registro de aplainamento do tipo pediplano e o clima úmido atual criou grande variedade de dissecação. A região está contida em uma larga faixa de terrenos rebaixados que se estende desde o Amapá até Roraima e é limitada a norte e a sul por conjuntos de relevo elevado.

De um modo geral, a Floresta Densa recobre os relevos dissecados, baixas cadeias de montanha e o relevo montanhoso. O Cerrado ocupa áreas de relevo ondulado, com solo relativamente raso, pontuado por afloramentos de rochas graníticas. A área de tensão ecológica recobre os riolitos do Pré-Cambriano.

Geomorfologicamente, a região pode ser dividida em quatro unidades morfoestruturais:

Planaltos Residuais do Amapá

Este domínio é constituído por maciços de rochas pré-cambrianas, ocorrendo sob forma contínua de topos preservados, com escarpas bem marcadas e envolvidas por tipos de dissecação em colinas, ravinas e vales, enquadrados pelas serras do Tumucumaque, do Iratapuru e Serra do Navio. Apresentam em geral altitudes entre 440m e 550m, onde formam vales fortemente encaixados e formas de picos e pontões integrantes do planalto residual. Em alguns pontos da Serra do Tumucumaque as altitudes ultrapassam a cota dos 800m. Os rios

Paru de Este e Paru de Oeste apresentam seus altos cursos nessa região, formando em alguns pontos planícies inundáveis.

Depressão Interplanáltica do Sul das Guianas

Esta área está compreendida entre os Planaltos Residuais do Amapá, ao norte, e o Planalto Dissecado Norte da Amazônia, ao sul, e constitui a maior parte do Complexo Tumucumaque. Esta área, de origem Pré-Cambriana, sofreu ação intensa da dissecação, originando um relevo com muitas colinas e altitude entre 150 e 200m. O rio Paru de Este corta a área e forma planícies inundáveis nas proximidades da Aldeia Bona. A cobertura vegetal da área é formada por Floresta Densa e Savana. Na região de cerrados, o relevo é de colinas suavizadas. As colinas apresentam drenagem pouco aprofundada, com Florestas de Galeria acompanhando os vales.

Planalto Dissecado Norte da Amazônia

Ocorre na região sul do Complexo Tumucumaque, marcando o limite sul da Depressão Interplanáltica do Sul das Guianas. A transição entre o Planalto e a Depressão Interplanáltica se dá de forma gradual em alguns trechos e não chega a formar escarpas. O relevo é bastante dissecado e a elevação varia entre 400 e 600m. Os rios Paru de Este e Paru de Oeste cortam a região originando gargantas de superimposição.

Planícies Aluvionares

Correspondem às áreas periféricas dos maiores cursos d'água, onde o relevo é baixo e plano, fruto de um processo erosivo ainda em andamento. Essas áreas se estendem ao longo dos cursos d'água que formam, respectivamente, as bacias dos rios Paru de Leste, Paru do Oeste, Jari e Amapari.

O clima da região em que estão localizadas as três terras indígenas que compõem o Mosaico, classificado genericamente de "Equatorial Quente e Úmido", apresenta duas estações bem definidas: o "inverno", que se caracteriza por um período de abundância de chuvas, com índices pluviométricos variando de 1.500mm/ano (nas áreas de cerrado) a 2.500mm/ano e que corresponde aos meses de janeiro a junho; e o "verão", caracterizado como um período de estiagem, que se estende de julho a dezembro, com índices pluviométricos atingindo em média 1.500mm/ano. Em alguns casos de intensa estiagem, este índice chega a baixar aos 600mm/ano. A temperatura média anual na área, a mesma comum a toda região próxima ao Escudo das Guianas, é de 26°C.

Esta composição climática cíclica, característica por apresentar um período de chuvas e um período de estiagem, tem grande influência nos ciclos naturais e culturais das populações que ali vivem. Podemos mencionar, por exemplo, que as atividades como a agricultura de coivara, a caça e a coleta de espécies vegetais, são realizadas de modo a adequarem-se ao ciclo de chuvas e estiagem.

Não há dados disponíveis de análise de solos realizada no interior das TIs. Os solos presentes ali são, provavelmente, muito semelhantes aos da macrorregião em que ela se insere.

Nas áreas às margens dos rios, inundadas durante o período de maiores chuvas e com aumento do volume das águas (março a junho), formam-se as várzeas, onde o solo é lamacento no inverno e seco no verão, possuindo um razoável teor de matéria orgânica, de até 40cm de profundidade, sendo variável na textura e na cor.

Três tipos de solos predominam na região: os oxissolos, os ultissolos e os solos concrecionários lateríticos. O tipo mais comum são os oxissolos ou latossolos, que consistem de óxidos hidratados de ferro e alumínio. Os ultissolos, são distróficos, argilosos e menos favoráveis, como é o caso do solo podzólico vermelho-amarelo distrófico. O solo dominante nesta região é o

Latossolo Vermelho Amarelo. Em muitos trechos do Planalto Dissecado Norte da Amazônia ocorrem relevos de topo aplainado com solos do tipo Latossolo Vermelho Amarelo muito argiloso. A ocorrência de material argiloso é evidenciada por uma elevada drenagem da área, que revela a impermeabilidade do material da superfície do solo. Nas áreas de terra firme, onde o relevo é ondulado e fortemente ondulado, apresentam-se solos barrentos (argilosos) com pedra, cobertos por uma camada rica de matéria orgânica. Com raridade, ocorrem pequenas áreas de terra firme e plana localizadas perto de igarapés. Ali, a terra é preta, arenosa e com cascalho, embora haja solos argilosos.

A drenagem da região se dirige de norte para sul, em direção ao rio Amazonas. A Serra do Tumucumaque funciona como um divisor de águas entre a bacia do rio Amazonas e os rios do Suriname e Guiana Francesa.

Os principais rios que cortam o Complexo Tumucumaque são o Paru de Leste e o Paru de Oeste ou Cumina. Ambos têm suas nascentes na Serra do Tumucumaque. O rio Paru de Oeste segue direção NE-SW formando meandros. Recebe por sua margem direita o rio Marapi, mudando seu rumo para N-S. O rio Paru de Este corta a área no sentido N-S, no seu médio curso inflete para SE. Alguns quilômetros ao sul da aldeia Bona recebe pela margem direita o rio Citaré, que apresenta planície inundável e terraços fluviais.

A Terra indígena Wajãpi estende-se entre as bacias dos rios Jari (a oeste), Amapari (a leste) e Oiapoque (ao norte). A rede de drenagem é formada por rios e pequenos igarapés das bacias do Jari e Amapari. Sendo que o maior curso d'água é o rio Inipuku (limite oeste).

Wajãpi

A organização sociopolítica Wajãpi se baseia na ampla dispersão dos grupos familiares pelo território. Os Wajãpi atribuem grande valor à autonomia econômica e política de cada grupo familiar.

Entre os Wajãpi, o casamento é importante fator de mobilidade: é pelos casamentos que as famílias se deslocam de uma aldeia para outra. Uma pessoa pode viver em diferentes aldeias ao longo de sua vida e também visitando outras aldeias, onde vivem seus parentes. Esse conjunto de aldeias em que vivem famílias com laços de parentesco é chamado de grupo local, ou seja, cada grupo local agrega várias aldeias. Os Wajãpi chamam esses grupos de "wanã". Estes grupos são maiores do que os grupos familiares que formam as aldeias. Uma pessoa de um "wanã" só pode morar na região de outro "wanã" se casar com uma mulher desse grupo.

O chefe de cada aldeia ou de um setor de uma aldeia não tem poder absoluto sobre os demais Wajãpi. Suas qualidades principais são justamente a capacidade de conseguir aliados e o domínio de um discurso firme.

Na trajetória do contato mais recente, este padrão de organização e representação interna foi se transformando, de forma positiva, na medida em que preservou os princípios relacionados à autonomia pessoal e à independência das aldeias. Hoje, coexistem o tradicional faccionalismo interno e outras formas de representação, diretamente articuladas com a gestão das relações externas à comunidade e que se fortalecem à medida que os Wajãpi vêm sentindo a necessidade de articulações e gestões mais abrangentes, ou coletivas.

Os Wajãpi cultivam várias espécies de mandioca. No total, são mais de 42 tipos de mandiocas, com mais de 100 denominações diferentes. Além da mandioca, plantam-se milho, macaxeira, batata-doce, banana, cará, jerimum, cana-de-açúcar, abacaxi, caju, melancia, limão, laranja, pimenta, cacau, fumo, urucu, flecha, algodão e cabaças nas roças e ao redor das aldeias.

Nos últimos anos os Wajãpi vêm relatando um aumento da dificuldade de se encontrar locais adequados ao cultivo de roças nas aldeias, que, segundo eles, estão ficando velhas,

obrigando à implantação das roças em locais cada vez mais distantes das áreas de habitação. Ao mesmo tempo, enfrentam o aumento da incidência de pragas sobre determinadas espécies, como algodão, o fumo, a batata e os frutos em geral.

As atividades de caça, pesca e coleta estão associadas entre si, uma vez que os Wajãpi, quando saem para a mata, seguem percursos escolhidos de acordo com a abundância sazonal de frutas de que se alimentam os animais. Nessas expedições, sobretudo quando se estendem por mais de um dia, caça, pesca e coleta são realizadas concomitantemente.

A pesca, contrariamente à caça, é realizada tanto pelos homens como pelas mulheres, que usam técnicas diferentes: as mulheres pescam com anzóis pequenos, à beira das lagoas situadas na proximidade das aldeias ou acampamentos; os homens, na estação propícia, realizam expedições mais distantes, em que usam anzóis e tarrafas; no verão, as aldeias se reúnem para pescarias coletivas, quando se usa timbó.

É nos mesmos percursos trilhados para a caça, a pesca e o deslocamento entre suas aldeias que os Wajãpi coletam uma grande variedade de produtos vegetais, sendo usados na alimentação, construção de casas, elaboração de produtos medicinais, confecção de artefatos e produção de tinturas para decoração do corpo.

Outra atividade realizada periodicamente pelos Wajãpi é a coleta de invertebrados e de produtos de origem animal. A coleta de mel produzido por abelhas silvestres, realizada sazonalmente.

Tiriyó e Kaxuyana

Embora tenham se tornado genericamente conhecidos por Tiriyó e Kaxuyana, estes dois grupos indígenas abrigam em sua composição uma grande diversidade de origens socioculturais, cuja memória faz com que eles ainda hoje considerem-se diferentes entre si, e isso se reflete em sua organização sociopolítica e territorial.

Até os anos 50, os Tiriyó e Kaxuyana viviam em mais de 50 pequenas aldeias dispersas por uma vasta região ao norte do Pará e sul do Suriname, envolvidos em intensas redes de relações e em amplos circuitos de trocas que se concretizavam por meio de viagens frequentes, a pé e pelos rios. A partir do início dos anos 60, com a chegada de missões religiosas em ambos os lados da fronteira, passaram por um processo de extrema centralização em torno de três bases missionárias, uma católica no Brasil e duas protestantes no Suriname.

No lado brasileiro, a aldeia sede da Missão Tiriyó foi construída, ao lado de um destacamento de fronteira da FAB, num dos contrafortes da Serra do Tumucumaque. Por cerca de três décadas, dos anos 60 aos anos 80, foi ali que os Tiriyó e Kaxuyana que não migraram para o Suriname se concentraram. Nesse período, reduziram drasticamente sua circulação e ocupação da área. Suas viagens de visitas e comércio de bens pela região diminuíram significativamente, mas passaram a contar com um novo meio de transporte: o avião, e com novas vias de acesso aos bens que costumavam adquirir com grupos indígenas vizinhos e com os negros quilombolas *Mekoro* do Suriname, antigos parceiros de troca na região.

No decorrer deste processo de centralização, paralelamente ao imenso vazio criado com o abandono das antigas áreas de ocupação, alguns conflitos sociais e políticos decorrentes do estreito convívio entre famílias que antes viviam mais distantes entre si, e algumas desordens ambientais decorrentes da intensa exploração de pequenas áreas no entorno das aldeias base, contribuíram para que, a partir dos anos 80, tivesse início um movimento de retomada da dispersão das aldeias, com a reocupação de antigas áreas de moradia. Movimento este que tomou força nos anos 90 com o processo de demarcação da Terra Indígena Parque de Tumucumaque e

posteriores ações de vigilância, de tal modo que, atualmente, só na faixa oeste do Parque somam-se cerca de 24 pequenas aldeias organizadas segundo os padrões tradicionais de ocupação.

O cultivo de roças, a caça, a pesca e a coleta estão na base da vida econômica entre os Tiriyo e Kaxuyana. Os recursos obtidos por meio dessas atividades são usados na alimentação, confecção de utensílios, construção de casas, produção de peças e material para adorno corporal e outros.

Wayana e Aparai

Não há um termo em língua aparai ou wayana para designar o grupo doméstico, embora este constitua o núcleo da organização social. Seus membros podem compartilhar um mesmo porto na beira do rio (onde realizam as atividades de higiene pessoal), uma casa para o processamento de mandioca e o mesmo 'fogo para cozinhar alimentos' apoto. Ao grupo doméstico corresponde um conjunto de residências tapyi (onde habitam famílias nucleares: um casal e seus filhos(as) solteiros(as), dispostos em torno de um pequeno pátio. Também entre os Wayana e Aparai a distribuição das casas e residências não obedece um traçado linear ou circular. Em cada aldeia é aberta uma grande clareira próxima a uma das margens do rio, onde são dispostas as diversas residências.

Como a maioria dos demais grupos indígenas da região das Guianas, os Aparai e os Wayana praticam uma economia de subsistência, baseada na caça, pesca, coleta e cultivo de frutas e tubérculos.

Em termos gerais, durante as chuvas, o consumo de tubérculos é reduzido de modo a não faltar para o resto do ano, até que uma nova colheita seja feita. A pesca diminui com o aumento do nível d'água dos rios e igarapés, e, em contrapartida, a caça é privilegiada com o surgimento de pequenas ilhas ao longo do rio, onde ficam presos alguns animais. No "verão", por sua vez, aproveita-se a maior parte do tempo no preparo da terra para o cultivo das roças, sendo também um período propício à pesca, dada a concentração de peixes em lagos e pequenos cursos d'água.

Nas roças são cultivadas várias espécies de tubérculos (38 espécies de mandiocas, macaxeiras, batatas-doces, carás etc.), cana de açúcar, frutas (banana, melancia, abóbora, manga, maracujá, graviola, laranja e limão), algodão, urucu e jenipapo. São também plantados alguns frutos no entorno das aldeias.

Por meio da caça os Aparai e Wayana acrescentam à dieta tapires, cervídeos, roedores, macacos, porcos do mato, aves, jacaré e lagartos, etc. As técnicas empregadas variam conforme às espécies de animais e a época do ano. Algumas vezes, sobretudo no período que antecede as festas, grupos de homens realizam incursões na floresta que chegam a durar semanas, e nas quais são abatidas grandes quantidades de animais. Embora sejam realizadas durante todo o ano, a época privilegiada para as caçadas é a estação das chuvas, quando alguns animais ficam 'ilhados' com o crescimento do nível dos rios.

Durante o ano todo, são realizadas incursões na floresta para a coleta. Estas incursões mobilizam o casal ou, mais frequentemente, grupos de irmãos, cunhados ou pai e filhos. Nelas são obtidos: mel silvestre, açai e bacaba, larvas de insetos, ovos de tracajá (nas praias, durante a estação seca), arumã para a confecção de cestaria, resinas vegetais, barro e argilas para a produção de cerâmica e de tinturas minerais, etc.

A pesca também se caracteriza pela diversidade de pescados e técnicas empregadas. A pesca com linha e anzol industrializados predomina, mas também são utilizadas redes "malhadeiras", arco e flecha e o timbó, na estação seca.

De modo geral, os grupos indígenas habitantes das terras que formam o Mosaico têm se deparado com desafios para manter sua qualidade de vida em contexto de rápidas mudanças:

- crescimento populacional, observado juntamente com mudanças nos padrões de mobilidade e com a oferta de serviços de básicos de saúde, em regime continuado, ainda que precários;
- a fixação de aldeias que funcionam como polos, mas onde também se observam escassez de recursos em suas proximidades, surgimento de pragas nas áreas de cultivo, problemas na qualidade da água aliada à inexistência ou deficiências graves de saneamento;
- surgimento de focos de desigualdade interna com o acesso a rendimentos (aposentadorias e salários) por número restrito de indivíduos e famílias;
- aumento e diversificação do consumo de bens industrializados e aumento da expectativa de consumo;
- aumento de demanda e mudança no perfil do consumo de energia, associados a conservação de medicamentos e alimentos, funcionamento de escolas, deslocamentos por via terrestre e fluvial, uso de bens de consumo duráveis dentro das aldeias.

Em resposta às pressões sobre ambientes e recursos colocados por essas situações, os grupos indígenas da região têm se mobilizado para entender e buscar saídas. Uma ponderação frequentemente colocada por eles é que as soluções precisarão aliar os conhecimentos indígenas a conhecimentos e tecnologias não indígenas. Nesse sentido, algumas ações já estão em curso, como a sistematização de informações locais para formulação de planos de manejo fundamentados em acordos políticos internos, a realização de estudos para aproveitamento de áreas de cerrado no cultivo de roças ou formulação de estratégias para dar destinação adequada a resíduos sólidos nas aldeias.

O entendimento sobre a necessidade de assegurar a proteção dos ambientes naturais da região é assumido irrestritamente pelos grupos indígenas e mobiliza suas lideranças na busca por saídas para viabilizar o acesso a bens e serviços numa perspectiva conceitualmente muito próxima do desenvolvimento em bases conservacionistas, daí o forte apoio e empenho dessas lideranças para criação de um mosaico de áreas protegidas formado por unidades de conservação e terras indígenas na região.

4.5. O processo de definição do território do Mosaico

O Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará que se apresenta hoje como território de ação e articulação, composto por seis unidades de conservação e três terras indígenas, tem conformação diferente da que foi inicialmente proposta, principalmente graças à conjunção de dois fatores: o sucesso do processo de mobilização e sensibilização na construção de uma identidade territorial assumida pelas comunidades envolvidas e a criação de uma UC estadual e duas municipais no mesmo período.

Analisada do ponto de vista da conectividade física e ecossistêmica, a composição com o PARNA Montanhas do Tumucumaque, a RDS do Rio Iratapuru e a TI Waiãpi, seria suficiente para justificar a criação do Mosaico. A inclusão das terras indígenas que formam o chamado Complexo Tumucumaque, o lado paraense do Mosaico, completaria esse quadro, além de reforçar a conectividade institucional por intermédio do Iepé, que atua nas três terras indígenas e permitir inserir na proposta de recorte territorial todo o noroeste do Amapá, sem descontinuidades.

Ainda do ponto de vista da conectividade ecossistêmica, a inclusão das terras indígenas do Complexo Tumucumaque enriquece o mosaico, pela presença de extensa área de cerrados. Desse modo, tem-se plenamente representada a diversidade do Bioma Amazônia, em relação ao qual normalmente ficam mais ressaltadas as paisagens da floresta densa de terra firme, em detrimento de ambientes e paisagens mais específicos e diferenciados.

Não era possível falar em conectividade ou efetividade social e econômica no momento da proposição inicial do Mosaico. Em relação à parcela indígena da população envolvida, temos três grandes grupos – Wajãpi, Tiriýó e Kaxuyana, Wayana e Aparai – entre os quais há diferentes graus de barreiras linguísticas, além das distâncias físicas. Entre as comunidades não indígenas, não temos a barreira da língua, mas tratam-se de grupos diferenciados entre si quanto ao seu lugar na história da ocupação do território amapaense, quanto aos padrões de ocupação e uso de recursos e quanto às relações que estabelecem com o ambiente amazônico. Se tomarmos as relações entre populações indígenas e não indígenas, apenas algumas lideranças de castanheiros da RDS e lideranças de aldeias do limite sul da TI Waiãpi tinham alguma proximidade.

Assim, entre o início dos trabalhos para criação do Mosaico e o recorte territorial definido, essas populações indígenas e não indígenas construíram as possibilidades de interlocução na forma de uma identidade em torno do Mosaico e assumiram o Plano de DTBC como agenda comum em torno da gestão territorial integrada e participativa.

Se comparada aos avanços da efetividade social alcançada pelo Mosaico no processo de definição do território, a efetividade institucional é incipiente, em termos da incorporação do instrumento de gestão-Mosaico à rotina, aos procedimentos e processos de gestão em cada órgão, exceção feita ao PARNA Montanhas do Tumucumaque.

A inclusão, nesse processo, das UCs criadas em 2006 e 2007 (FLOTA do Amapá e as duas UCs municipais) e da FLONA do Amapá, que passa por processo de implementação e consolidação, é fundamental para a consolidação do Mosaico porque permite às comunidades envolvidas reforçar ainda mais sua identidade territorial comum fundada no Mosaico. Todas elas passam a ter representação nos conselhos consultivos ou deliberativos de todas as UCs que compõem o Mosaico, o que cria uma via de indução da efetividade institucional e operacional, de colaboração entre gestores, tendo o Plano de DTBC do Mosaico com eixo, inicialmente mais voltado para o fortalecimento da articulação e para a formação, mas incluindo também ações voltadas à promoção de atividades econômicas em bases conservacionistas.

5. Plano de DTBC

5.1. Objetivos

O objetivo geral do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará é promover a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam seu território, compatibilizando o desenvolvimento regional sustentável com a conservação e valorização da sociobiodiversidade.

Considerando o contexto político e econômico em que está sendo implementado o Mosaico, o Plano de DTBC tem definidos, ainda, os seguintes objetivos específicos para sua etapa inicial de execução, a ser monitorada pelo Conselho Consultivo do Mosaico:

- Estabelecer uma agenda para o desenvolvimento territorial em base conservacionista com abrangência regional;
- Promover a gestão territorial integrada e participativa das áreas protegidas que formam o Mosaico;
- Promover a articulação intra e intercomunitária no território do Mosaico;
- Contribuir para a superação da visão segundo a qual ocupar áreas remotas ou de difícil acesso é fator de impedimento de acesso das populações aos benefícios do desenvolvimento sustentável, à informação e à participação efetiva e qualificada em fóruns de definição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e promoção da sociobiodiversidade.

5.2. Processo de elaboração do Plano de DTBC

A execução do projeto por meio do qual foi criado o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará e elaborado seu Plano de DTBC adotou procedimentos para:

- divulgar o Mosaico como instrumento de integração e articulação e o Plano de DTBC como instrumento para ordenar e orientar ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- sensibilizar instituições quanto à importância de sua participação no processo de criação do Mosaico e formulação do Plano de DTBC;
- promover a construção de uma identidade territorial vinculada ao Mosaico, com referencial na sociobiodiversidade da região, no alto grau de integridade do ambiente natural das áreas que formam o Mosaico e na importância das áreas protegidas para o bem-estar, atual e futuro, das comunidades;
- engajar as comunidades na elaboração do Plano de DTBC.

Apesar da dificuldade para se alcançar um grau de internalização institucional do Mosaico tão significativo quanto o engajamento assumido pelas comunidades, o processo ganhou dinâmica tal que permitiu avançar na composição do Conselho Consultivo do Mosaico e formular conjuntos

de propostas para o Plano de DTBC, que foram consolidadas por meio de consultas aos representantes indicados para o Conselho. O Quadro 5 resume o percurso que foi seguido:

Quadro 5: Processo de elaboração do Plano de DTBC

Meta	Atividades
Divulgação da proposta, mobilização e sensibilização das comunidades e instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas para atualização de diagnóstico ;socioambiental realizadas nas TIs Waiãpi e Parque do Tumucumaque, na RDS do Rio Iratapuru e com agricultores da Perimetral Norte; • Organização e elaboração de diagnóstico base do Mosaico; • Seminário “<i>Plano de DTBC e Práticas de Gestão Territorial</i>”.
Construção da identidade territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbios levando representantes de comunidades não indígenas à TI Waiãpi e levando representantes indígenas e de agricultores da Perimetral Norte à RDS do Rio Iratapuru; • Estabelecimento da Casa da Amizade, no limite entre a TI Waiãpi e a RDS do Rio Iratapuru, para apoio a atividades participativas de fiscalização das duas áreas; • Oficinas para promoção da articulação/organização comunitária e participação no Conselho do Mosaico na RDS do Rio Iratapuru e com agricultores da Perimetral Norte .
Efetivação do Mosaico e elaboração do Plano de DTBC	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas para elaboração do Plano de DTBC nas TIs Waiãpi, Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este; na RDS do Rio Iratapuru e com agricultores da Perimetral Norte; • Seminário “<i>Plano DTBC e Formação do Conselho do Mosaico</i>”; • Reunião para promoção da articulação de representantes de órgãos gestores das áreas que formam o Mosaico; • Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico.

O Seminário “*Plano de DTBC e Práticas de Gestão Territorial*”, realizado em junho de 2008, marcou a transição da etapa de divulgação, mobilização e sensibilização para a etapa de engajamento das comunidades e instituições envolvidas no Mosaico com sua efetivação e consolidação, quer pelos encaminhamentos para instalação do Conselho Consultivo, quer pela elaboração participativa do Plano de DTBC.

Naquele Seminário, os convidados avaliaram os pontos centrais do diagnóstico realizado sobre o território do Mosaico e as áreas que o formam e definiram, com base nessa avaliação, pontos prioritários que seriam trabalhados pelos representantes junto a suas comunidades e instituições, na sequência do Seminário, com vistas à formulação setorial do Plano de DTBC.

Durante as oficinas realizadas com as comunidades, essa etapa de formulação setorial foi concluída. As propostas definidas em cada área foram avaliadas, debatidas e validadas em reunião do Conselho Consultivo do Mosaico, realizada em abril de 2010.

5.3. Linhas prioritárias de ação – Plano de DTBC

O Plano de DTBC que resulta desse processo de consultas e de participação em níveis locais e supra locais é um instrumento ordenador e orientador das propostas formuladas localmente e das ações e projetos prioritários a serem desenvolvidos. Ele tem dois níveis diferentes de detalhamento.

O primeiro nível de detalhamento é mostrado no Quadro 6, que contém os eixos temáticos em que foram agrupadas as propostas definidas pelas comunidades, bem como as linhas (programas) consideradas prioritárias para a definição de ações institucionais e a elaboração de projetos a serem implementados com acompanhamento do Conselho Consultivo. Com isso busca-se assegurar a integração na gestão das áreas no Mosaico, bem como a replicação e disseminação das experiências bem sucedidas.

No segundo nível de detalhamento estão os projetos e atividades que foram propostos pelas comunidades durante as oficinas para elaboração do Plano de DTBC (ver item 5.4). Algumas dessas iniciativas já encontram-se em andamento.

Quadro 6: Plano de DTBC para o Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará – Linhas prioritárias de ação por Eixo Temático

Meio Ambiente	Atividades Econômicas Sustentáveis	Território, Fiscalização e Vigilância	Organização e Articulação	Comunicação e Divulgação	Infraestrutura	Formação e Capacitação
Proteção do meio ambiente e da biodiversidade	Desenvolvimento do ecoturismo no Mosaico	Gestão territorial integrada e participativa	Promoção da articulação intra e intercomunitária	Divulgação sobre o Mosaico	Melhorar condições de acesso e deslocamento	Formação voltada à participação e representação
Recuperação de áreas degradadas	Promoção da produção e comercialização do artesanato e outros “produtos culturais” no Mosaico	Fiscalização e vigilância	Fortalecimento das organizações locais	Acesso à comunicação e à informação no Mosaico	Promover a qualidade de vida em áreas remotas ou de difícil acesso	Formação e capacitação continuada em gestão
Controle e destinação adequada de lixo/resíduos	Apoio ao pequeno produtor rural no Mosaico		Funcionamento do Conselho Consultivo			Formação e capacitação profissional
Educação Ambiental	Apoio ao extrativismo sustentável e em bases conservacionistas					
	Divulgação da produção das comunidades ligadas ao Mosaico					

	Promover a melhor circulação e distribuição de renda nas terras indígenas					
--	---------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

Os eixos correspondem aos temas mais relevantes para a região em que se insere o Mosaico. Dadas as características dessa região e das populações envolvidas, não faz sentido trabalhar um plano de desenvolvimento territorial exclusivamente direcionado para o estímulo a atividades econômicas, geração de renda e remuneração de serviços ambientais. Em alguns casos, comunidades que já vêm assistindo ao incremento significativo da renda de parte de suas famílias mostraram, durante as atividades de elaboração do Plano de DTBC, a necessidade de serem criados mecanismos social e culturalmente adequados de distribuição e circulação dessa renda, além de alternativas para a destinação do lixo resultante do consumo de produtos industrializados, um desdobramento inevitável do incremento da renda das famílias.

O contexto em que está sendo proposto o Plano de DTBC, o oeste do Amapá e norte do Pará, caracteriza-se pela deficiência de infraestrutura, incipiência dos sistemas e arranjos produtivos locais, alto custo para comunidades vivendo em áreas remotas colocarem sua produção no mercado sem qualquer diferencial que permita agregar valor.

Embora cientes da situação, todas as comunidades envolvidas na criação do Mosaico e elaboração do Plano de DTBC nutrem grande expectativa de ver sua renda melhorar sem prejuízo da conservação das florestas de onde obtêm recursos. Entretanto, todas apontaram que a melhoria da qualidade de vida na região não se restringe ao incremento da renda, e alguns fatores condicionantes, como a garantia da terra regularizada, por exemplo, estão diretamente relacionados ao acesso à informação, à formação de quadros e lideranças e ao fortalecimento das organizações locais e instâncias comprometidas com os interesses coletivos.

A melhoria das condições de comunicação e transporte, bem como o acesso a fontes sustentáveis (e, preferencialmente, renováveis) de energia elétrica também condicionam o estabelecimento de sistemas produtivos locais, inclusive influenciando decisões quanto à permanência em locais remotos, e estão diretamente relacionadas ao acesso à informação, melhor capacidade de articulação e aumento da capacidade de influenciar tomadas de decisão.

Em se tratando de um conjunto de áreas em que a maior parte da população habita locais remotos ou de difícil acesso, a proteção ambiental, o desenvolvimento sustentável e a viabilização de atividades econômicas em bases conservacionistas são aspectos que precisam ser trabalhados com atenção àqueles fatores que condicionam ou influenciam a decisão de permanecer longe dos atrativos do meio urbano¹⁴. Além disso, as deficiências em infraestrutura, as distâncias e dificuldades de acesso potencializam uma tendência sociocultural, disseminada na região, de organizações locais referenciadas e focadas em grupos de famílias, com pouca influência para além do nível estritamente local. As ações voltadas à promoção da articulação intra e intercomunitária e do fortalecimento de organizações, realizadas durante o processo de discussão do Mosaico e elaboração do Plano de DTBC, mostraram resultados, por isso tiveram boa recepção e geraram demandas de continuidade inseridas no Plano.

¹⁴ No Estado do Amapá, por exemplo, aproximadamente 80% da população reside na capital, Macapá, ou no Município de Santana, próximo à capital.

O mesmo ocorreu em relação às expectativas por formação e capacitação. Ao longo da elaboração do Plano de DTBC, as diferentes comunidades e suas lideranças enfatizaram necessidade de acessar conhecimentos e informações de forma sistemática, por meio de programas de formação e capacitação, nas seguintes áreas:

- proteção ambiental e legislação ambiental;
- atividades econômicas sustentáveis e em bases conservacionistas, com o estabelecimento de sistemas produtivos locais economicamente viáveis;
- gestão de organizações e de projetos sociais;
- atuação em instâncias participativas como o Conselho Consultivo do Mosaico;
- atividades capazes de promover maior autonomia de comunidades estabelecidas em áreas remotas, inclusive como estratégia de suporte para fiscalização e gestão territorial.

O eixo mais diretamente relacionado a questões ambientais privilegiou preocupações atuais das comunidades com:

- desconhecimento da legislação;
- impactos do aumento de resíduos, bem como falta de orientações e alternativas locais para destinação adequada dos mesmos;
- comprometimento da qualidade da água e do ambiente em geral das áreas destinadas à habitação, especialmente nas comunidades maiores e mais antigas;
- uso sustentável de recursos.

Apesar do alto grau de integridade do ambiente natural das áreas que formam o Mosaico, na elaboração do Plano de DTBC as comunidades buscaram ressaltar a necessidade de parceria efetiva para ações de fiscalização e vigilância entre instituições governamentais, organizações não governamentais, organizações locais e a população, esta última ocupando e presente em lugares onde nem sempre os órgãos gestores podem atuar presencialmente em caráter permanente. Nesse sentido, verifica-se forte articulação entre ações propostas para os eixos relacionados a fiscalização e vigilância, comunicação/divulgação e infraestrutura.

5.3.1. Atividades econômicas em bases conservacionistas e serviços ambientais

Dois cuidados foram tomados na mobilização das populações para a criação do Mosaico e elaboração do Plano de DTBC. Em primeiro lugar, atentou-se para trabalhar as possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento de atividades econômicas voltadas para a geração de renda em relação às necessidades de melhoria de infraestrutura. Daí derivaram dois entendimentos:

- Não há possibilidade de atacar todas as questões envolvidas a partir do Mosaico e seu Conselho Consultivo, e a partir da atuação dos gestores das unidades de conservação que formam o território. Portanto, é preciso que o Conselho e as organizações se empenhem para estender a integração de ações e gestões a programas, projetos e potenciais parceiros não imediatamente envolvidos em questões ambientais, como é o caso dos Territórios da Cidadania, do Programa Luz Para Todos, ou o agentes privados, por intermédio do Sistema S, Sebrae e outros.

- Um plano de desenvolvimento para a região em que se localiza o Mosaico precisa contemplar pesadamente o fortalecimento da articulação entre as diferentes populações e comunidades e o fortalecimento de suas organizações.

O segundo cuidado, tomado principalmente junto às populações indígenas do Complexo Tumucumaque, que habitam as áreas mais remotas no Mosaico, foi de tratar a questão econômica para além da geração de renda.

O Plano de DTBC reflete esses cuidados apontando atividades econômicas e serviços ambientais que oferecem bom potencial na região e devem ser fomentadas:

- extrativismo vegetal;
- turismo;
- agricultura familiar e fruticultura;
- criação de animais;
- artesanato;
- manejo de recursos;
- reflorestamento e recuperação de áreas degradadas;
- destinação de áreas à preservação permanente em terras indígenas;
- viveiros de mudas e formação de bancos de sementes;
- fiscalização das áreas protegidas;
- uso do cerrado para cultivo de roças no oeste do Complexo Tumucumaque.

Essas atividades e ações, várias delas familiares às populações na região, podem ser fomentadas visando ao estabelecimento de cadeias produtivas. Considerando as características da região, anteriormente abordadas, esse processo terá seu sucesso condicionado à instituição de mecanismos e processos para fortalecer a produção e comercialização em todas as etapas (controle do uso e qualidade da matéria-prima, produção, transporte, armazenamento, etc.), bem como de estratégias para agregar valor e diferenciar os produtos e serviços. A capacitação é outro aspecto a ser trabalhado.

A remuneração de serviços ambientais é um tema em discussão tanto no Amapá, quanto no Pará, por iniciativa dos governos estaduais e organizações não governamentais. A questão não foi abordada diretamente ao longo da mobilização para o Mosaico, tendo em vista o forte impacto social negativo que pode advir da implantação desse tipo de remuneração sem o devido debate com as populações, comunidades e seus representantes. Entretanto, durante a fase de diagnóstico e, posteriormente, na elaboração do Plano de DTBC, foram identificadas as atividades e ações acima pontuadas, em andamento ou sendo projetadas, as quais poderão resultar no estabelecimento de diferentes mecanismos de remuneração de serviços ambientais, beneficiando toda a população no Mosaico, respeitadas as suas especificidades socioculturais.

a) Extrativismo vegetal

A comercialização de produtos vegetais não madeireiros resultante de atividade extrativista é feita pela população não indígena no Mosaico, de forma mais intensiva pelas comunidades no entorno da RDS do Rio Iratapuru, e como complementação da renda familiar nas comunidades em torno da Rodovia Perimetral Norte.

Na RDS, o extrativismo é a principal fonte de renda das famílias. Várias comunidades constituíram organizações na forma de associações de produtores ou cooperativas, entre as quais vêm se destacando a Aprofloa (Associação dos Produtores da Floresta Agro Extrativista do Vale do Jari) e a Comaru (Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru). Entretanto, tratam-se de situações em que se alcançou uma estruturação mínima diante das possibilidades de desenvolvimento de cadeias produtivas e de articulação e fortalecimento dos produtores em nível regional, supra ou inter comunitário.

Além das dificuldades para melhoria da estrutura organizacional, há aquelas associadas às dificuldades para transportar a produção das áreas de coleta, para colocar os produtos no mercado em condições competitivas e para capacitar os extrativistas.

Uma vez que o Plano de Manejo da RDS do Rio Iratapuru não foi concluído, ainda não é possível apontar as áreas em que será autorizada a atividade extrativista não madeireira, nem dimensionar a capacidade de produção. Atualmente, apenas uma parcela mínima da unidade vem sendo acessada pelos extrativistas, que, no geral, comercializam os seguintes itens:

- castanha-do-Brasil;
- camu-camu;
- breu branco;
- açai;
- cacau;
- cupuaçu;
- óleo de copaíba

Entre os itens já comercializados, as comunidades apontaram o camu-camu como aquele de melhor retorno atualmente. Além da venda da fruta *in natura*, uma das associações conseguiu apoio externo e financiamentos para produzir polpa e sorvete.

Num outro caso, o estabelecimento de contrato para aproveitamento da castanha-do-Brasil e do breu branco para a indústria de cosméticos trouxe avanços em termos da promoção da organização local e da capacitação para melhoria de processos produtivos, mas com retorno ainda considerado insuficiente pelos extrativistas.

A castanha-do-Brasil também vem sendo aproveitada para a produção de biscoitos e doces, o que poderia ser estendido para os demais frutos, a partir dos quais podem ser produzidos, ainda, geléias, licores, vinhos, etc.

Açai, cacau, cupuaçu e outros frutos são comercializados pelas comunidades na região, enquanto o óleo de copaíba, que pode ser utilizado na indústria de cosméticos e é usado para fins terapêuticos no norte e nordeste do país, tem tido papel menor na pauta de itens comercializados pelos extrativistas que habitam o entorno da RDS do Rio Iratapuru.

Certamente, é maior o número de recursos, usos e aplicações que os extrativistas podem explorar no interior e no entorno da RDS, mas definições nesse sentido dependem, em primeiro lugar, da finalização do Plano de Manejo e sua operacionalização. Desse modo, as comunidades terão a segurança jurídica e os elementos para trabalhar as possibilidades, buscando apoio para o desenvolvimento de cadeias produtivas capazes de aliar a sustentabilidade, a conservação ambiental e a viabilidade econômica.

Entre as comunidades de agricultores estabelecidos na área de influência da Rodovia Perimetral Norte, a coleta de frutos serve ao consumo próprio e à venda *in natura* para complementação de renda familiar. Melhores rendimentos são obtidos com a venda de cipós, especialmente o cipó títica, utilizados na confecção de móveis, utensílios e peças de artesanato.

Mas neste caso a estrutura organizacional é ainda mais frágil, sendo também urgente o investimento no manejo dos recursos, de modo a dar sustentabilidade à exploração dos cipós.

Nas terras indígenas, a coleta de recursos vegetais continua sendo fonte fundamental para obtenção de alimentos e matéria-prima para confecção de utensílios e construção. As dificuldades de acesso e o custo dos deslocamentos representam desafios à viabilidade econômica da comercialização de produtos resultantes da atividade extrativista, mesmo para aqueles produtos mais trabalhados, como as peças artesanais confeccionadas com sementes e palhas. No entanto, não se trata de total inviabilidade, mas da necessidade de estruturar adequadamente as cadeias produtivas, incluindo estratégias de controle visando à sustentabilidade da exploração dos recursos e à adequada distribuição dos ganhos e benefícios.

b) Turismo

Alguns locais no entorno da RDS do Rio Iratapuru, na RESEX Beija-Flor Brilho de Fogo e no Parque Natural Municipal do Cancão são visitados por turistas e utilizados para atividades de lazer pelas populações locais, porém sem planejamento. Além das deficiências de infraestrutura, praticamente inexistente estrutura direcionada à atividade turística nas áreas mais distantes da capital do Amapá, Macapá.

Nos procedimentos que orientaram a criação das três unidades de conservação, belezas cênicas e paisagens únicas foram fatores considerados relevantes e o turismo mencionado como atividade com bom potencial. A definição das áreas a serem abertas ao turismo nessas UCs deverá constar de seus Planos de Manejo, bem como as estratégias para capacitar as populações locais para a exploração do turismo como atividade econômica em bases conservacionistas.

Na RDS do Rio Iratapuru, além do interior da UC, seu entorno, onde estão estabelecidas as comunidades extrativistas, também apresenta bom potencial para o desenvolvimento do turismo. Segundo os representantes das comunidades extrativistas, é possível investir em quatro linhas na promoção do turismo na região.

O ecoturismo, direcionado ao convívio com a natureza, acesso a informações sobre a biodiversidade e contato com elementos paisagísticos, seria o foco principal da atividade no interior da RDS, havendo a possibilidade de criar roteiros e atividades diferenciadas segundo o grau de dificuldade de acesso e de interesse, como a observação de fauna e flora.

No entorno, somando-se a essa primeira linha, poderiam também ser trabalhados o turismo de aventura, o turismo esportivo e a pesca esportiva e amadora. Nestes casos, haveria necessidade de maior investimento para garantia da segurança, e poderiam ser criados eventos para atrair público mais específico e restrito, como praticantes de rapel, *rafting* e outros.

O município de Serra do Navio vem buscando projetar nacionalmente suas potencialidades turísticas e criar estrutura para o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, tendo essa expectativa contribuído para fundamentar a criação de unidade de conservação de proteção integral no território municipal. Embora o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Cancão ainda não tenha sido finalizado, parte da UC já é usada para a promoção da atividade e consta de roteiros divulgados por ação conjunta dos poderes municipal e estadual.

Na Resex Beija-Flor Brilho de Fogo, as cachoeiras, rios e igarapés já são usados em atividades de lazer pela população local e alguma atividade turística. Segundo estudos preliminares realizados em conjunto pelos governos municipal e estadual, há bom potencial para o ecoturismo e o turismo de aventura no interior da UC, devendo a questão ser trabalhada quando da elaboração do Plano de Manejo, de modo a ordenar o uso atual e estabelecer a atividade

turística como alternativa para a geração de renda em bases conservacionistas para a população que ocupa o entorno da Resex.

O Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque prevê a implantação de programa de visitação com a destinação de três áreas para o desenvolvimento da atividade. Um Plano de Uso Público deverá detalhar as ações e atividades, que poderão funcionar como fatores de promoção do turismo na área do mosaico, empregando pessoal local na oferta de serviços e estimulando, indiretamente, o crescimento de pequenos negócios voltados à satisfação das demandas de visitantes no entorno do Parque.

c) Agricultura familiar, fruticultura e pequena criação de animais

A pequena produção rural na região do Mosaico, como em todo o Amapá, serve majoritariamente à subsistência.

Nas terras indígenas, não há elementos para falar em comercialização externa da produção obtida com o cultivo de roças – ainda que ela ocorra ocasionalmente em aldeias da TI Waiãpi localizadas próximas a núcleos de ocupação não indígena. Porém, há uma cadeia interna, estabelecida sobre sistemas de reciprocidade de grande importância social e cultural e sobre muito conhecimento acumulado, que se reflete na diversidade dos itens cultivados, com destaque para os tubérculos, raízes tuberosas, bananas, pimentas. A possibilidade de geração de renda por meio da aquisição da produção das famílias para composição da merenda escolar em terras indígenas tem sido tratada, assim como alternativas para diminuir a pressão sobre recursos de caça por meio da criação de animais e da piscicultura. Em qualquer caso, não é recomendável que o foco recaia exclusivamente na geração de renda, mas também na articulação entre distribuição e circulação da renda existente, conservação ambiental e da biodiversidade e diminuição da pressão sobre a floresta e recursos de fauna e flora decorrentes da diminuição da mobilidade da população.

Entre as comunidades extrativistas da RDS do Rio Iratapuru, algumas comercializam parte do que produzem nas roças, fundos de quintal e pomares, o que ajuda a completar a renda familiar, juntamente com a comercialização dos produtos do extrativismo. A mandioca, o cupuaçu e a banana estão entre os itens de cultivo mais comercializados, mas os agricultores familiares, como alguns extrativistas se definem na região, cultivam e comercializam também milho, feijão, abacaxi, laranja, além da farinha, resultante do processamento da mandioca.

Esses, juntamente com algumas outras frutas cultivadas e a criação de pequenos animais, são os mesmos itens produzidos pelas famílias de ribeirinhos e colonos, pequenos agricultores estabelecidos na área de influência da Rodovia Perimetral Norte. O modelo atual de produção, segundo avaliação de algumas lideranças, precisa ser revisto, pois é considerado não sustentável. O desenvolvimento de cadeias produtivas capazes de contribuir para a dinamização da economia local pode ajudar a diminuir os impactos negativos das deficiências de infraestrutura, que exigem prazo maior para concretização de soluções.

Não se trata de criar a expectativa de fortes incrementos de renda com a valorização da agricultura familiar (cultivo de roças, frutíferas e criação de pequenos animais). Os ganhos vêm também pela possibilidade de menor comprometimento da renda com a aquisição de alimentos, avanços tecnológicos que permitam melhorar a produtividade, melhoria das condições ambientais gerais por meio do melhor aproveitamento de recursos, controle sobre resíduos e adoção de formas limpas de geração de energia, com conseqüente diminuição da dependência gerada pelo uso de defensivos e agrotóxicos nas lavouras e gasolina e diesel nos motores.

Outras alternativas para geração de renda precisam ser articuladas àquelas focadas na valorização da agricultura familiar, diversificando as fontes de renda e as possibilidades de capacitação profissional da população local.

d) Criação de animais

A criação de búfalos e gado bovino vem se disseminando na região, embora não seja expressiva do ponto de vista da extensão ocupada no Mosaico. A derrubada de mata nativa para a formação de pasto cresceu significativamente próximo aos limites da TI Waiãpi e do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, revelando que a atividade está se expandindo sem planejamento na área de influência da Rodovia Perimetral Norte, tal como ocorre com o corte e queima para implantação de novos locais de cultivo.

Já nas terras indígenas do Complexo Tumucumaque, a criação de gado foi introduzida com a chegada de não índios, ainda na década de 1960 para aproveitamento das áreas de cerrado. Atualmente tem alguma expressão apenas no lado oeste. A menor mobilidade, o aumento da população, a necessidade de ir cada vez mais longe para caçar e pescar estão fazendo com que as famílias que habitam aldeias maiores e mais populosas considerem o consumo de carne de gado como alternativa para alimentação. Nessas aldeias podemos verificar o surgimento de pequeno comércio de carne, algo que poderia ser trabalhado como um dos canais para a distribuição e circulação de renda, internamente.

Apesar dos impactos ambientais negativos da atividade pecuária, a perspectiva adotada ao longo da elaboração do Plano de DTBC foi abrir espaço para que sejam avaliados custos e benefícios, bem como para o estudo e proposição de alternativas, novas tecnologias e procedimentos. Uma possibilidade é sensibilizar e capacitar as famílias que estão explorando a atividade para desenvolvê-la limitando a abertura de novas áreas de pasto, conjugando a criação com soluções ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. É necessário considerar que vem aumentando a pressão sobre a caça e a pesca, ainda que pontualmente, por exemplo, nas aldeias indígenas maiores e seu entorno e nas áreas onde se instalaram assentamentos junto à TI Waiãpi e PARNA Montanhas do Tumucumaque. A total eliminação da pecuária no Mosaico, portanto, precisaria vir acompanhada de alternativas viáveis e avaliação confiável dos impactos da criação de gado sobre a biodiversidade na região, projetando os limites de sua expansão.

e) Artesanato

A confecção de artesanato articula-se ao extrativismo e seu correto dimensionamento acaba induzindo à formulação de planos de manejo das espécies utilizadas como matéria-prima para a produção de peças.

Os grupos indígenas estabelecidos na região do Mosaico tiveram na venda de artesanato, pelo menos nas primeiras décadas de contato permanente com frentes de ocupação não indígena, um meio para obter produtos e até alguma renda. Durante anos, conseguiram estabelecer e manter pontos de venda fora das terras indígenas, contando com apoio institucional e com a instalação de escritórios das organizações indígenas em Macapá.

Na última década os ganhos com a comercialização de artesanato diminuíram consideravelmente, assim como se diluiu a rede de apoio que possibilitava o transporte,

armazenamento e venda das peças, o que também contribuiu para que cada família buscasse meios próprios para vender sua produção.

Aos poucos, os grupos vêm retomando a discussão de estratégias coletivas para fortalecer o artesanato para fins de geração de renda, incorporando aspectos antes não trabalhados, como por exemplo:

- a venda de artesanato pode ser uma alternativa para diminuir a desigualdade interna, decorrentes da não universalização do acesso a renda pelas vias de assalariamento e aposentadorias;
- planejar e controlar o uso de recursos, formulando planos de manejo e diversificando a produção;
- criar alternativas às restrições impostas pela legislação ambiental;
- investir em estudos de mercado e de viabilidade econômica;
- formular estratégias para diferenciar os produtos, inclusive investindo na qualificação de artesãos, para colocar produtos mais bem acabados no mercado e criar selos e marcas;
- investir no uso de diferentes formas de divulgação da produção artesanal;
- articular a cadeia produtiva a ações de fortalecimento e valorização cultural, registro e documentação de técnicas e padrões;
- promover a organização das comunidades e dos artesãos para cuidar e racionalizar os custos de todas as etapas da cadeia – produção, armazenamento, transporte, comercialização.

Entre as comunidades não indígenas no Mosaico a produção e comercialização de artesanato é historicamente menos significativa, mas vem crescendo. Já existe uma demanda por qualificação e profissionalização, bem como pela formulação de planos para garantir a sustentabilidade, especialmente no caso dos cipós e palhas. Não existe ainda trabalho coletivo para desenvolver e fortalecer a cadeia produtiva – indivíduos e famílias assumem isoladamente os custos para produção e comercialização. Apesar disso, representantes de extrativistas e de colonos entendem que é preciso atuar para fomentar o artesanato como atividade econômica em bases conservacionistas.

f) Serviços ambientais

Há pelos menos três frentes institucionais trabalhando a introdução de diferentes alternativas para remuneração de serviços ambientais no Estado do Amapá; e o Governo do Estado do Pará também está atuando nesse sentido.

Na região do Mosaico as comunidades extrativistas e indígenas já executam ações ou estão em fase de elaboração de projetos de fiscalização, proteção ambiental e manejo de recursos que poderiam reverter em pagamento de serviços ambientais. Entretanto, o debate mais consequente junto às comunidades ainda não começou de fato.

A capacitação e remuneração de guardas parques nas terras indígenas do Complexo Tumucumaque é o único projeto em andamento que se aproxima da idéia de remunerar serviços ambientais. Os guardas parques participam de atividades de capacitação, mas ainda não se pode considerar que tenham revertido em ação efetiva de fiscalização. Nota-se também baixo

rendimento em termos de compreensão, da parte dos indivíduos capacitados e das comunidades a que pertencem, quanto às finalidades do projeto.

Há dois pontos de identidade entre as comunidades do Mosaico que podem operar como pontos de partida para o debate sobre pagamento de serviços ambientais: entre todas elas é consenso que é preciso atuar articuladamente para assegurar a conservação das florestas; também é consenso geral que há necessidade de tornar sustentáveis a ocupação humana e o uso dos recursos, uma vez que toda a população do Mosaico é fortemente dependente desses recursos para sobreviver e gerar a renda necessária ao consumo de bens que não conseguem produzir. Daí a preocupação de todos, por exemplo, com o acúmulo e a destinação correta de lixo não degradável e com o acesso a informações e tecnologias que permitam compatibilizar o cultivo de roças com a conservação ambiental e a produtividade.

Não faltam elementos para a composição de uma pauta de discussão acerca de ações que justifiquem o pagamento por serviços ambientais, mas falta clareza de vários agentes interessados no tema quanto à necessidade de vincular a viabilidade dessa forma de remuneração à sustentabilidade da vida social, cultural e política das populações locais e ao fortalecimento das organizações locais e de sua articulação. Como vem sendo reiterado neste documento, a questão não é apenas gerar renda e, em alguns casos, a questão imediata pode ser fazer circular a renda já acessada por algumas famílias.

O Conselho Consultivo, no qual todas as comunidades do Mosaico estão representadas, é um colegiado apropriado para tratamento da questão sob o ângulo da gestão territorial integrada e na perspectiva da promoção e valorização dos interesses coletivos.

5.4. O Plano de DTBC e o Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Ainda que não tenha sido possível, ao longo do trabalho de mobilização das comunidades, detalhar integralmente o Plano de DTBC, os diferentes agentes comunitários e públicos envolvidos no processo definiram como orientação geral que o Plano, elaborado com a participação direta de representantes comunitários, será assumido pelo Conselho Consultivo do Mosaico como ordenador das ações prioritárias iniciais em cada área do território.

Para aproximar o Plano de DTBC da atuação do Conselho Consultivo e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas em vista da gestão integrada, os Conselheiros incorporaram à proposta de Regimento Interno os seguintes elementos:

- destinação de assentos no Conselho a instituições públicas potencialmente parceiras para viabilizar o Plano de DTBC, como é o caso do INCRA e de instituições públicas de pesquisa;
- inclusão de condições para solicitação de colaboração de entidades que não compõem o Conselho, mas que são parceiros potenciais;
- previsão de criação de câmaras técnicas permanentes e previsão para funcionamento de câmaras técnicas provisórias.

Com base nos resultados das oficinas para elaboração do Plano de DTBC e dos encaminhamentos definidos nas reuniões do Conselho Piloto, é apresentado abaixo os Quadros 7, com um segundo nível de detalhamento do Plano contendo os eixos temáticos, as linhas de ação por eixo temático (programas) e os projetos ou atividades indicados como prioritários pelas

comunidades e ratificados em reunião do Conselho Piloto do Mosaico. O quadro traz ainda indicações de potenciais parceiros para execução de projetos ou atividades e de objetivos (no nível dos programas).

Quadro 7a: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará
1. Eixo Meio Ambiente

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
1.1) Proteção do meio ambiente e da biodiversidade	1.1.1) Criação de áreas para preservação ambiental na TI Waiãpi	Iepé, Conselho das Aldeias Wajãpi Iepé, Funai	Manutenção do grau de integridade do ambiente natural e da biodiversidade no Mosaico
	1.1.2) Pesquisa para elaboração de plano de manejo de caça na porção oeste do Complexo Tumucumaque	Sema-AP, Conservação Internacional, Iepa, IEF-AP, Unifap	Assegurar sustentabilidade do uso de recursos no Mosaico
	1.1.3) Projetos comunitários de manejo florestal entre os agroextrativistas da Perimetral Norte		Capacitar as populações locais para o controle do uso de recursos nas áreas do Mosaico
	1.1.4) Elaborar planos de manejo de recursos naturais para a porção leste do Complexo Tumucumaque	Iepé, Funai	
	1.1.5) Elaboração do código municipal de meio ambiente dos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio	Sema-AP, IEF-AP, Conservação Internacional	
	1.1.6) Zoneamento econômico-ecológico para os municípios do Mosaico	Sema-AP, IEF-AP, Conservação Internacional	
	1.1.7) Projeto piloto para testar uso de áreas de cerrado para cultivo de roças na porção oeste do Complexo Tumucumaque	MDA, Iepé	
1.2) Recuperação de áreas degradadas	1.2.1) Remoção de material e resíduos resultante da atividade garimpeira na TI Waiãpi	Sema-AP, Funai, Iepa, Incra, Unidades gestoras das UCs que formam o Mosaico	Recuperar áreas negativamente afetadas por atividades irregulares no Mosaico
	1.2.2) Avaliação de impactos causados por		Adequar as áreas de assentamento à legislação

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	<p>atividades e fatores que podem ameaçar a integridade dos ambientes naturais nas áreas protegidas do Mosaico</p> <p>1.2.3) Recuperação e recomposição da mata ciliar das áreas dos assentamentos rurais no Mosaico</p> <p>1.2.4) Recuperação de áreas degradadas no interior da TI Waiãpi, incluindo áreas junto aos limites da terra indígena</p> <p>1.2.5) Análise das propriedades rurais para reflorestamento e recuperação de áreas degradadas com vistas às medidas compensatórias</p>		<p>ambiental</p> <p>Diminuir e mitigar os impactos ambientais negativos decorrentes do estabelecimento de assentamentos rurais</p>
1.3) Controle e destinação adequada de lixo/resíduos	<p>1.3.1) Oficinas, projetos sociais e ações governamentais dirigidos ao controle e destinação de lixo/resíduos na porção oeste do Complexo Tumucumaque</p> <p>1.3.2) Acordos com órgãos de governo para remoção de lixo tóxico das aldeias indígenas</p> <p>1.3.3) Criação de sistemas para coleta e destinação final de resíduos urbano e rural, inclusive aqueles decorrentes do uso de defensivos agrícolas, nas áreas de assentamento e municípios do Mosaico</p> <p>1.3.4) Implantação de infraestrutura para seleção de lixo urbano e rural por meio de sistema cooperativo</p>	<p>Sema-AP, Unidades gestoras das UCs do Mosaico, Ministério da Defesa, Funai, Iepé, organizações indígenas</p> <p>Funai, Ministério da Defesa, Sema-AP, Prefeituras Municipais</p> <p>Prefeituras Municipais, Incra, MDA, Sema-AP</p> <p>Prefeituras Municipais, Incra, MDA, Sema-AP, organizações locais e associações comunitárias</p>	<p>Diminuir o impacto negativo de lixo e resíduos nas áreas do Mosaico</p> <p>Implantar ações para reciclagem no Mosaico</p> <p>Conscientizar a população do Mosaico sobre a importância da destinação adequada de lixo/resíduos</p> <p>Capacitar pessoas nas comunidades para manutenção de ações voltadas ao controle de lixo/resíduos, especialmente os tóxicos</p>
1.4) Educação Ambiental	1.4.1) Ações de conscientização das	Organizações locais, comunitárias e indígenas,	Manter ações de educação ambiental no Mosaico

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	comunidades quanto a atividades irregulares de caça, pesca e extrativismo	ICMBio, Sema-AP, Funai, Iepé, Escola Agrícola, Universidades	Divulgar a importância das áreas protegidas e divulgar o Mosaico
	1.4.2) Incluir a temática ambiental na educação escolar nas áreas do Mosaico	Secretaria de Educação-AP, Prefeituras Municipais, Sema-AP, ICMBio, Iepé, Universidades, Funai	Aumentar e qualificar a participação das comunidades na manutenção da integridade ambiental das áreas do Mosaico
	1.4.3) Divulgação entre os Wajãpi de informações sobre áreas degradadas por garimpo e os riscos que representam para a saúde humana e para o ambiente	Organizações indígenas na TI Waiãpi, Iepé, Funai	
	1.4.4) Capacitação em educação ambiental direcionada para produtores rurais ribeirinhos e assentados	MDA, Incra, Sema-AP, Escola Agrícola, Universidades, organizações locais e comunitárias, Universidades	

Quadro 7b: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

2. Eixo Atividades Econômicas Sustentáveis e em Bases Conservacionistas

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
2.1) Desenvolvimento do ecoturismo no Mosaico	2.1.1) Mapear as potencialidades naturais e culturais em cada comunidade na RDS do Rio Iratapuru, seu entorno e na área de influência da Rodovia Perimetral Norte 2.1.2) Implantação de projeto piloto em comunidade no entorno da RDS, com infraestrutura e programa de capacitação de pessoas das comunidades	Governo do Estado do AP, Prefeituras Municipais, organizações locais e associações comunitárias	Criar alternativa sustentável de geração de renda para comunidades ligadas ao Mosaico Criar oportunidades para a capacitação profissional na região do Mosaico
2.2) Promoção da produção e comercialização do artesanato e outros “produtos culturais” no Mosaico	2.2.1) Melhorar e ampliar os pontos de venda dos produtos Wayana e Aparai 2.2.2) Melhorar produção e comercialização do artesanato Wayana e Aparai (seleção da matéria-prima, produção, transporte e	Iepé, Funai, Governo do Estado do AP	Divulgar elementos da diversidade sociocultural das comunidades do Mosaico Criar alternativa de geração de renda Divulgar o Mosaico

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	<p>armazenamento)</p> <p>2.2.3) Assegurar os direitos de imagem e propriedade intelectual para produtos indígenas comercializados por não índios</p> <p>2.2.4) Realizar estudo de viabilidade do artesanato e outros produtos culturais</p> <p>2.2.5) Produzir e comercializar produtos culturais (Cds, DVDs, fotos, postais, livros, etc.)</p> <p>2.2.6) Capacitação de assentados e ribeirinhos em produção artesanal</p> <p>2.2.7) Reforma e construção de oficinas comunitárias voltadas à produção de artesanato</p>		Melhorar a qualidade da produção artesanal entre as comunidades do Mosaico
2.3) Apoio ao pequeno produtor rural no Mosaico	<p>2.3.1) Desenvolver e validar, com participação de entidades públicas, novo modelo de agricultura de baixo custo e em base conservacionista, visando aumento de produtividade</p> <p>2.3.2) Viabilizar o zoneamento agroecológico e licenciamento ambiental nos assentamentos</p> <p>2.3.3) Implantar viveiros comunitários nos assentamentos, devidamente credenciados e regularizados</p> <p>2.3.4) Cursos de piscicultura, sistemas agroflorestais e apicultura</p>	Inkra, MDA, Governo do Estado do AP, Prefeituras Municipais, Escola Agrícola, Universidades, organizações locais e associações comunitárias, lepa	<p>Desenvolver cadeias produtivas e arranjos produtivos locais para produtos da agricultura familiar no Mosaico</p> <p>Diversificar as alternativas para geração de renda na agricultura familiar</p> <p>Compatibilizar a pequena produção rural com os objetivos do Mosaico</p>
2.4) Apoio ao extrativismo sustentável e em bases conservacionistas	<p>2.4.1) Realização de estudos de mercado e viabilidade de produtos e formular planos de negócio</p> <p>2.4.2) Articular as cooperativas e associações</p>	Sema-AP, Sistema S e Sebrae, organizações locais, cooperativas e associações de extrativistas, Governo do Estado do AP, Prefeituras Municipais, MDA, WWF-	<p>Estabelecer cadeias produtivas e arranjos produtivos locais para os produtos da atividade extrativista</p> <p>Criar planos específicos</p>

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	<p>de produtores extrativistas no Mosaico</p> <p>2.4.3) Viabilizar a infraestrutura necessária ao escoamento da produção desde as áreas de coleta até os pontos de comercialização</p> <p>2.4.4) Capacitar as comunidades extrativistas para a produção de itens com maior valor agregado</p>	Brasil, Conservação Internacional, Iepé, ICMBio	<p>para o extrativismo na RDS do Rio Iratapuru, Resex Beija-Flor Brilho de Fogo, Flona do Amapá e Floresta Estadual do Amapá</p> <p>Diversificar as possibilidades de geração de renda com base no extrativismo sustentável nas comunidades do Mosaico</p> <p>Contribuir para a diminuição das atividades irregulares de caça, pesca, coleta e garimpo no Mosaico</p>
2.5) Divulgação da produção das comunidades ligadas ao Mosaico	<p>2.5.1) Desenvolvimento de sistema de certificação de produtos, serviços e processos, com vistas à criação de uma “Marca Mosaico”</p> <p>2.5.2) Criar material de divulgação em diferentes meios</p>	Governo do Estado do AP, Prefeituras Municipais, unidades gestoras das UCs do Mosaico, MDA, IEPA	<p>Divulgar o Mosaico e seus objetivos</p> <p>Criar mecanismos de proteção e promoção da produção em base conservacionista</p> <p>Criar mecanismos para remuneração justa dos produtores comprometidos com a produção sustentável em base conservacionista no Mosaico</p>
2.6) Promover a melhor circulação e distribuição de renda nas terras indígenas	<p>2.6.1) Iniciar ou retomar a produção local de itens incorporados aos hábitos alimentares no Complexo Tumucumaque e que são comprados fora das terras indígenas</p> <p>2.6.2) Projeto de criação de cantina na porção leste do Complexo Tumucumaque integrada à produção local de itens em substituição à aquisição fora da terra indígena</p>	Funai, Iepé, organizações indígenas	<p>Criar mecanismos para evitar focos de concentração de renda e desigualdade social nas terras indígenas</p> <p>Otimizar gastos com transporte e consumo de itens fora das terras indígenas</p>

Quadro 7c: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

3. Eixo Território, Fiscalização e Vigilância

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
3.1) Gestão territorial integrada e participativa	3.1.1) Apoio institucional à abertura de novas aldeias 3.1.2) Promover o conhecimento das terras indígenas e seus limites no Complexo Tumucumaque 3.1.3) Implementar o Mosaico 3.1.4) Atuar para assegurar a implementação e consolidação das UCs criadas no Pará, no entorno do Complexo Tumucumaque 3.1.5) Criar e manter mecanismos de repasse de informações e atividades necessárias à fiscalização da terra indígena às crianças Wajãpi	Funai, organizações indígenas Funai, lepé, organizações indígenas Unidades gestoras das UCs e comunidades do Mosaico Organizações indígenas, Funai, lepé, Sema-PA, Conservação Internacional, WWF-Brasil Organizações indígenas na TI Waiãpi, Funai, lepé	Instituir e consolidar práticas de gestão territorial integrada e participativa no Mosaico Viabilizar a sustentabilidade socioambiental e a integridade dos ambientes naturais no Mosaico Inserir, de modo qualificado, as populações do Mosaico nas instâncias de tomada de decisão
3.2) Fiscalização e vigilância	3.2.1) Apoiar e preparar as comunidades para participarem da fiscalização das áreas do Mosaico 3.2.2) Combate permanente às atividades irregulares de caça, pesca e extrativismo no Mosaico 3.2.3) Limpeza de rios, igarapés e picadas necessários aos deslocamentos em atividades de fiscalização e nos limites das áreas do Mosaico 3.2.4) Manutenção da estrutura e de atividades da Casa da Amizade, estabelecida no limite da RDS do Rio Iratapuru e TI Waiãpi	Unidades gestoras das UCs, Sema-AP, Funai, MDA, Inbra, Prefeituras Municipais, organizações locais e associações comunitárias, Ministério da Defesa, Polícia Federal Unidades gestoras das UCs do Mosaico, Sema-AP, Funai, Prefeituras Municipais Sema-AP, lepé, Conservação Internacional, WWF-Brasil, Funai	Garantir e manter a integridade das áreas do Mosaico Envolver as comunidades nas atividades de fiscalização Implantar sistema integrado de fiscalização e vigilância no Mosaico Envolver as comunidades no monitoramento e fiscalização das áreas do Mosaico Eliminar as atividades não autorizadas nas áreas do Mosaico

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	3.2.5) Sinalização dos limites das áreas do Mosaico	Funai, Sema-AP, Unidades gestoras das UCs do Mosaico	
	3.2.6) Melhoria da infraestrutura dos órgãos de governo responsáveis pela fiscalização e vigilância das áreas do Mosaico	IMAP, Sema-AP	
	3.2.7) Publicação da Portaria de regularização da pesca		
	3.2.8) Construção de depósito para guarda de material e equipamentos necessários à fiscalização na porção oeste do Complexo Tumucumaque	Organizações indígenas do Complexo Tumucumaque, Funai-Macapá	
	3.2.9) Fazer gestões junto à Funai para realização de ações e projetos de fiscalização e vigilância no Complexo Tumucumaque, de acordo com os direitos indígenas		
	3.2.10) Implantar infraestrutura adequada aos trabalhos dos agentes ambientais	Sema-AP, Prefeituras Municipais, organizações locais e associações comunitárias, unidades gestoras das UCs do Mosaico	
	3.2.11) Formação de guardas parques nas comunidades de ribeirinhos e assentados para atuação nas UCs do Mosaico		
	3.2.12) Criar sistema informatizado de monitoramento das áreas do Mosaico		

Quadro 7d: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

4.Eixo Organização e Articulação

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
--------------------------	----------------------	--------------------	------------------------

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
4.1) Promoção da articulação intra e intercomunitária	<p>4.1.1) Intercâmbios periódicos, com foco em temas relevantes ao Mosaico e envolvendo as diferentes comunidades do território</p> <p>4.1.2) Intercâmbios entre povos indígenas do Mosaico e com povos indígenas de outras regiões</p> <p>4.1.3) Atuação do Conselho Consultivo do Mosaico para a solução de eventuais conflitos de interesses entre comunidades do Mosaico</p> <p>4.1.4) Atuação do Conselho Consultivo na articulação comunitária, institucional e política</p> <p>4.1.5) Melhorar a comunicação e a troca de informação sobre assuntos de interesse da comunidade na porção leste do Complexo Tumucumaque</p>	<p>Unidades gestoras das UCs, Sema-AP, Iepé, WWF-Brasil, Conservação Internacional, Prefeituras Municipais, organizações indígenas, organizações locais e associações comunitárias</p> <p>Funai, Iepé, organizações indígenas</p>	<p>Consolidação do Mosaico</p> <p>Valorização da participação</p> <p>Contribuir para a gestão integrada e participativa do Mosaico</p>
4.2) Fortalecer as organizações locais	<p>4.2.1) Construção dos Paiman (casas de reunião) em aldeias centrais na porção oeste do Complexo Tumucumaque</p> <p>4.2.2) Usar documento de prioridade do Apina (Conselho de Aldeias Wajãpi) para apresentação de propostas dos Wajãpi para o Mosaico</p> <p>4.2.3) Criar Conselho Geral das Aldeias do Rio Paru de Leste formado pelos caciques</p> <p>4.2.4) Construir organização indígena formalizada que represente e trabalhe junto</p>	Funai, Iepé, organizações indígenas	<p>Assegurar condições adequadas de participação e representação das comunidades no Mosaico</p> <p>Consolidar e divulgar o Mosaico</p>

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	<p>com a comunidade da porção leste do Complexo Tumucumaque</p> <p>4.2.5) Criar conselhos por aldeia para apoiar os caciques na porção leste do Complexo Tumucumaque</p> <p>4.2.6) Conseguir condições de funcionamento do Conselho de Aldeias – porção leste do Complexo Tumucumaque (combustível, deslocamentos aéreos, alimentação durante viagens, etc.)</p> <p>4.2.7) Casa para apoiar o funcionamento do Conselho de Aldeias – porção leste do Complexo Tumucumaque (equipamento, mobiliário, material)</p>		
4.3) Funcionamento do Conselho Consultivo	<p>4.3.1) Criar e manter Fundo para suporte às atividades do Conselho</p> <p>4.3.2) Estabelecer agenda permanente do Conselho Consultivo junto a órgãos federais, estaduais e municipais para encaminhamento de questões de interesse do Mosaico</p> <p>4.3.3) Viabilizar condições adequadas de atuação e participação de conselheiros indígenas não falantes de português</p>	Unidades gestoras das UCs, Sema-AP, Iepé, WWF-Brasil, Conservação Internacional, Prefeituras Municipais, organizações indígenas, organizações locais e associações comunitárias	<p>Fazer do Mosaico uma instância efetiva de gestão integrada e de promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades</p> <p>Viabilizar o funcionamento do Conselho Consultivo</p>

Quadro 7e: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

5. Eixo Comunicação e Divulgação

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
5.1) Divulgação sobre o Mosaico	5.1.1) Divulgação de normas de uso e acesso	Unidades gestoras das UCs do Mosaico, Sema-AP,	Familiarizar as populações com as normas de uso e

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	<p>das UCs e demais áreas protegidas que formam o Mosaico</p> <p>5.1.2) Seminários abertos para tratar e divulgar temas de interesse do Mosaico</p> <p>5.1.3) Divulgação de soluções adotadas pelas comunidades do Mosaico para proteção ambiental, valorização da biodiversidade e promoção da integridade das áreas do Mosaico</p> <p>5.1.4) Disseminar entre as comunidades do Mosaico conhecimentos sobre legislação indigenista e ambiental</p> <p>5.1.5) Divulgação das normas e procedimentos referentes ao licenciamento ambiental nos assentamentos</p>	<p>Prefeituras Municipais</p> <p>Unidades gestoras das UCs do Mosaico, Sema-AP, Universidades, Prefeituras Municipais, Iepé, Conservação Internacional, WWF-Brasil, Escola agrícola, Funai</p> <p>Sema-AP, Prefeituras Municipais, Incra, MDA, organizações locais e associações comunitárias</p>	<p>acesso das áreas protegidas</p> <p>Contribuir, por meio da disseminação de informações, para a integridade do ambiente natural no Mosaico</p> <p>Divulgar o Mosaico no estado do Amapá</p>
5.2) Acesso à comunicação e à informação no Mosaico	<p>5.2.1) Fazer gestões para viabilizar acesso à telefonia e à internet nas áreas remotas ou de difícil acesso no Mosaico</p> <p>5.2.2) Implantar sistema de comunicação que atenda às necessidades das comunidades de ribeirinhos e assentados</p> <p>5.2.3) Melhorar e manter os sistemas de radiofonia nas aldeias indígenas</p>		<p>Assegurar o acesso à comunicação e à informação para comunidades que habitam áreas remotas ou de difícil acesso do Mosaico</p> <p>Contribuir para as ações de fiscalização e vigilância e para a articulação intercomunitária no Mosaico</p>

Quadro 7f: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

6. Eixo Infraestrutura

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
6.1) Melhorar condições de acesso e deslocamento	6.1.1) Homologação e manutenção de pistas de	Funai, Governo do Amapá, ICMBio	Contribuir para a fiscalização e vigilância das

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
	<p>pouso já existentes na TI Waiãpi e no Complexo Tumucumaque</p> <p>6.1.2) Implantação, manutenção e homologação de novas pistas de pouso, especialmente nas terras indígenas</p> <p>6.1.3) Fazer gestões para que o governo mantenha voos regulares para apoiar as comunidades indígenas no Complexo Tumucumaque</p> <p>6.1.4) Realizar limpeza periódica dos rios na TI Waiãpi</p>	<p>Organizações indígenas, Funai</p>	<p>UCs do Mosaico</p> <p>Estimular a permanência de famílias e jovens indígenas nas aldeias</p>
6.2) Promover a qualidade de vida em áreas remotas ou de difícil acesso	<p>6.2.1) Viabilizar alternativas sustentáveis e de baixo impacto ambiental para geração de energia elétrica</p> <p>6.2.2) Promover alternativas ao uso de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica e transporte nas áreas remotas ou de difícil acesso</p> <p>6.2.3) Implantar escola de nível médio para atender comunidades extrativistas da RDS do Rio Iratapuru (Cachoeira ou Padaria)</p> <p>6.2.4) Implantar sistemas de acesso à água potável e saneamento nas comunidades do Mosaico</p>	<p>Ministério de Minas e Energia, Funai, Governo do Amapá, Governo do Pará, organizações indígenas</p> <p>Instituições de pesquisa, MDA, Ministério de Minas e Energia, Governos do Amapá e Pará</p> <p>Governo do Amapá, associações comunitárias e cooperativas</p> <p>Ministério da Saúde, Funasa, Funai, Governo do Amapá</p>	<p>Melhorar as condições de vida nas comunidades mais distantes</p> <p>Contribuir para diminuição da dependência das comunidades em relação aos combustíveis fósseis e melhorar, indiretamente a renda das famílias pela diminuição dos custos com aquisição de combustíveis</p> <p>Contribuir para que as famílias permaneçam em suas comunidades de origem, evitando migração para núcleos urbanos</p>

Quadro 7g: Detalhamento inicial do Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará

7. Eixo Formação e Capacitação

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
7.1) Formação voltada à	7.1.1) Capacitação de	Organizações locais e	Assegurar a participação

Linha de Ação (Programa)	Projeto ou Atividade	Parceiro potencial	Objetivo (do Programa)
participação e representação	Conselheiros (atuação em Conselho e legislação de interesse do Mosaico)	indígenas, associações comunitárias, Sema-AP, unidades gestoras das UCs do Mosaico, Funai, Iepé, Prefeituras Municipais, MDA, Incra	qualificada das comunidades na gestão integrada das áreas que formam o Mosaico Assegurar a participação em todos os níveis por meio da valorização da representação
7.2) Formação e capacitação continuada em gestão	7.2.1) Formação e capacitação para a gestão de arranjos produtivos locais e relações com mercados 7.2.2) Formação e capacitação continuada em gestão de organizações e de projetos sociais	Organizações indígenas e locais, associações comunitárias, cooperativas, Governo do Amapá, Sema-AP, Incra, MDA, Sistema S e Sebrae, Iepé	Contribuir para o fortalecimento das organizações locais e para a formação de novas lideranças comunitárias
7.3) Formação e capacitação profissional	7.3.1) Capacitação de jovens e adultos nos assentamentos rurais 7.3.1) Capacitar membros das comunidades em instalação e manutenção de equipamentos de comunicação e motores	Organizações indígenas e locais, associações comunitárias, cooperativas, Governo do Amapá, Sema-AP, Incra, MDA, Sistema S e Sebrae, Iepé, Prefeituras Municipais	Contribuir para maior autonomia das comunidades Contribuir para a geração de renda por meio de atividades econômicas em bases conservacionistas

5.4.1. Manutenção e operação inicial do Mosaico e do Conselho Consultivo

Diversos projetos e atividades previstos no Plano de DTBC estão em andamento ou programadas para ocorrerem no curto prazo, executados por entidades e órgãos públicos que atuaram em parceria na etapa de proposição do Mosaico e elaboração do Plano.

Da parte da equipe gestora da Flona do Amapá, estão em curso os procedimentos para consolidação da UC, incluindo elaboração do Plano de Manejo que vai permitir definir áreas para implantação de atividades econômicas em bases conservacionistas que beneficiarão famílias estabelecidas no interior da Flona e seu entorno. Essas famílias, não participaram da fase de mobilização para criação do Mosaico, uma vez que a inclusão da Flona no território ocorreu na fase final desse processo. Por isso, a própria equipe gestora da UC está repassando as informações que permitirão a inserção desse grupo de famílias no Mosaico e sua adequada representação no Conselho Consultivo.

A consolidação da RDS do Rio Iratapuru também está em processo, não apenas pelo andamento da elaboração do Plano de Manejo e reformulação do Conselho Deliberativo, mas também pela realização do cadastro fundiário e regularização da ocupação em toda a região sul do Estado do Amapá – finalizados os procedimentos, as comunidades extrativistas que exploram

os recursos da RDS terão segurança jurídica para encaminhar projetos segundo as normas estabelecidas pela SEMA-AP.

No âmbito de iniciativas comunitárias voltadas para a fiscalização, a construção da Casa da Amizade no limite comum entre RDS do Rio Iratapuru e TI Waiãpi foi iniciada ainda na fase de consultas para elaboração do Plano de DTBC. Outras atividades de intercâmbio com enfoque na gestão territorial integrada estão permitindo dar sequência aos trabalhos, como é o caso do projeto executado pelo lepé com financiamento da IUCN (The World Conservation Union – IUCN Holanda) – conforme dados contidos no Quadro 8.

Quadro 8: Projetos Executados pelo Iepé com atividades direcionadas ao Mosaico

Projeto	Financiador	Período	Orçamento (R\$) (valores - 2010)
Construindo uma rede de experiências indígenas e de projetos sustentáveis para o futuro, no Planalto das Guianas	Fundação Rainforest Noruega	2008-2010	1.100.000,00
Defesa dos direitos culturais indígenas nas políticas públicas	Fundação Rainforest Noruega	2008-2010	275.091,00
Capacitação Comunitária: uma proposta de integração entre extrativistas e índios Wajãpi	The World Conservation Union – IUCN Netherlands	2009-2010	169.117,00
Elaboração de um plano de gestão da Terra Indígena Wajãpi a partir de conhecimentos e práticas tradicionais	Ministério do Meio Ambiente - PDPI / MMA	2010	116.134,00
Consórcio Paisagens Indígenas do Brasil (USAID)	The Nature Conservancy – TNC Brasil	2008-2010	136.950,00
<i>Quem tem que cuidar da nossa terra somos nós mesmos: questões socioambientais e de ocupação territorial entre os Kaxuyana, Tiriyo e Wajãpi</i>	Embaixada dos Países Baixos	2010	62.000,00
RCA: gestão territorial do entorno das terras indígenas: intercâmbio ao Parque Indígena do Xingu - MT	Embaixada dos Países Baixos	2010	55.000,00
RCA: gestão territorial do entorno das terras indígenas: intercâmbio ao Parque Indígena do Xingu - MT	USAID – Programa de Meio Ambiente	2010	65.000,00
Apoiando experiências indígenas em gestão territorial e ambiental no Amapá e Norte do Pará	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	2010	393.393,65

Outros projetos executados pelo Iepé tiveram parte de suas atividades compatibilizadas com o Plano de DTBC. Entre as que já se encontram em andamento estão:

- implantação de experiências piloto para cultivo no cerrado, na porção oeste do Complexo Tumucumaque, visando diminuir a pressão sobre a floresta;
- pesquisa participativa visando à elaboração de plano de manejo de caça na porção oeste do Complexo Tumucumaque;

- pesquisas participativas visando à elaboração de planos de manejo de recursos na porção leste do Complexo Tumucumaque;
- atividades voltadas à definição de estratégias de gestão territorial participativa nas terras indígenas e seu entorno;
- atividades voltadas à capacitação em gestão de organizações indígenas;
- apoio à realização de reuniões de caciques e lideranças nas porções oeste e leste do Complexo Tumucumaque.

Estão em fase de avaliação por financiadores projetos propostos pelo Iepé nos quais foi previsto apoio para realização de assembleias ordinárias do Conselho Consultivo do Mosaico, atividades de fortalecimento da articulação intercomunitária junto a comunidades extrativistas e de capacitação e fortalecimento da articulação intracomunitária nas terras indígenas.

As atividades e projetos realizados no âmbito da gestão do PARNA Montanhas do Tumucumaque já guardam bastante compatibilidade com as propostas do Plano de DTBC do Mosaico, o que funcionará como referência para a integração com a gestão das outras áreas do território, especialmente as unidades de conservação, tão logo o Conselho Consultivo do Mosaico esteja plenamente instalado e atuando mais efetivamente.

A execução dessas diversas atividades em andamento e daquelas projetadas para ocorrer nos próximos 18 meses permitirão consolidar a proposta de gestão territorial integrada e participativa delineada com a formação do Conselho Consultivo do Mosaico e detalhamento inicial do Plano de DTBC. Nesse período, as entidades parceiras e colaboradores para essa fase de consolidação deverão atuar para concretizar a institucionalização do Mosaico e o modelo de atuação dos órgãos públicos como agentes da gestão integrada e da promoção de ações em bases conservacionistas indicadas no Plano de DTBC do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará.

Bibliografia

BERNARD, Enrico (Coord.) - Inventários Biológicos Rápidos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Amapá. Expedição I – Rio Jari, Expedição II – Igarapé Baliza, Expedição III – Rio Cupixi, Síntese do Conhecimento. Conservação Internacional Brasil : Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA). Macapá, 2006.

_____ - Inventário Biológico Rápido da Floresta nacional do Amapá. Expedição I – Igarapé do Braço, Afluente do Rio Falsino. Conservação Internacional Brasil : Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA). Macapá, s/d.

_____ - Inventários Biológicos Rápidos da Floresta Nacional do Amapá. Expedição I – Igarapé do Braço, Expedição II – Rio Santo Antônio, Síntese do Conhecimento. Conservação Internacional Brasil : Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA). Macapá, 2006.

_____ - Inventários Biológicos Rápidos no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Amapá, Brasil. Boletim de Avaliação Biológica 48. Conservação Internacional Brasil. Arlington, VA, 2008.

BIANCHETTI, Arnaldo & LOPES, Giselle Paulino – Relatório da Oficina Gestão Territorial e Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista – DTBC com agentes Sociais da Região Perimetral Norte. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2008.

COLTRO JÚNIOR, Luiz Antônio – Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá – Contexto e Ações. WWF-Brasil : Governo do Estado do Amapá. Macapá, 2010.

COUTO, Raul Chucair – Diagnóstico da Região Perimetral Norte (BR-210). Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2008.

COUTO, Raul Chucair & LOPES, Giselle Paulino – Relatório da Oficina Atualização do Diagnóstico socioambiental da Região Perimetral Norte e Capacitação em Legislação Ambiental e Indigenista. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2008.

CUNHA, Sérgio – Relatório da I Oficina de Capacitação em Organização Comunitária e Articulação Intercomunitária com Agentes Sociais da Região da Perimetral Norte – Amapá. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2009.

CUNHA, Sérgio – Relatório da II Oficina de Capacitação em Organização Comunitária e Articulação Intercomunitária com Agentes Sociais da Região da Perimetral Norte – Amapá. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2009.

FUNI, Cláudia – Sistematização de Informações de Contexto e de Atores no Bloco Tumucumaque – Relatório Técnico. WWF-Brasil. Macapá-AP, 2009.

Garcia, M & Pasquis, R. – Sistematização de informação para o diagnóstico e o zoneamento participativos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, RDS-I. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá. Macapá, 2002.

Governo do Estado do Amapá – Plano de Gestão Preliminar para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá : Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento. Macapá, 2002.

Governo do Estado do Amapá – Lei Nº 1.028, de 12 de julho de 2006. Dispõe sobre a criação e gestão da Floresta Estadual do Amapá, e dá outras providências.

Governo do Estado do Amapá – Proposta de Criação da RESEX Municipal Brilho de Fogo. Macapá-AP, 2007.

Governo do Estado do Amapá – Plano de Uso Florestal. S/d.

Governo do Estado do Pará – Lei Estadual Nº 7.398, de 22 de abril de 2010. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona leste e Calha Norte do Estado do Pará.

GRUPIONI, Denise & FUNI, Cláudia – Relatório da 1ª Oficina Socioambiental Tirió e Kaxuyana. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2007.

GRUPIONI, Denise & YOKOTA, Décio – Relatório da 2ª Oficina Socioambiental Tirió e Kaxuyana. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). São Paulo, 2007.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Diagnóstico socioambiental das TIs Wajãpi, Paru de Leste e Parque Indígena de Tumucumaque. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Conservação Internacional Brasil. São Paulo, 2007.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Relatório do Seminário Corredor da Biodiversidade: Gestão Territorial, Desenvolvimento e Conservação. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2008.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Relatório da Oficina Práticas de Gestão Territorial e Plano de Gestão – TI Waiãpi. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2008.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Relatório da Oficina Práticas de Gestão Territorial e Plano de Gestão – RDS do Rio Iratapuru. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2008.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Diagnóstico Base – Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2008.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Relatório da Oficina Capacitação das lideranças do Tumucumaque Oeste para o Projeto Mosaico e Plano DTBC da TI Parque do Tumucumaque. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2009.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Relatório da II Oficina de trabalho com lideranças Wayana e Apalai do Rio Paru D'Este para ampliação da divulgação e articulação para o Projeto Mosaico e Plano de DTBC para o Complexo Tumucumaque. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2010.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) – Relatório da Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2010.

JASTER, Christoph B – Plano de Manejo – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Ministério do Meio Ambiente – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Macapá, 2009.

LEITE, Jurandy C. F – Relatório da Oficina de Gestão Participativa. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2008.

LEITE, Jurandyr C. F – Relatório da Oficina Articulação intercomunitária e representação nos conselhos – comunidades da RDS do Rio Iratapuru. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2009.

LEITE, Jurandyr C. F – Relatório da I Oficina de trabalho com lideranças Wayana e Apalai do Rio Paru D'Este para ampliação da divulgação e articulação para o Projeto Mosaico e Plano de DTBC para o Complexo Tumucumaque. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). São Paulo, 2009.

MACÁRIO, Dafran Gomes & LOPES, Giselle paulino – Relatório da Oficina Diagnóstico Sócio-Ambiental da Terra Indígena Wajãpi e Capacitação em Legislação Ambiental e Indigenista. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2007.

Ministério do Meio Ambiente – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 7ª Edição. Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Ana Lílian & RIBEIRO, Simone de Cássia – Relatório do Intercâmbio Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) : Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA). Macapá, 2008.

PIVELLO, Luciana – Relatório sobre a expedição realizada entre os limites da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Estação Ecológica do Jari. WWF-Brasil. Belém, 2008.

Presidência da República – Decreto Nº 97.630, de 10 de abril de 1989. Cria, no Estado do Amapá, a Floresta Nacional do Amapá, com limites que especifica, e dá outras providências.

Presidência da República – Decreto s/nº, de 22 de agosto de 2002. Cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e dá outras providências.

Presidência da República – Decreto Nº 6.291, de 07 de dezembro de 2007. Transfere gratuitamente ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União, nos termos do art. 5º do Decreto-Lei Nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, e dá outras providências.

RABELO, Benedito Vítor – Macrodiagnóstico do Estado do Amapá – Primeira Aproximação do ZEE. Governo do Estado do Amapá. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IEPA). Macapá, 2008.

RIBEIRO, Simone de Cássia & YOKOTA, Décio – Relatório da Oficina Levantamento de Matérias-Primas Utilizadas na Confeção do Artesanato Wajãpi. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). Macapá, 2008.

SCHIMIDT, Carlos Henrique – Levantamento sócio-econômico da população do interior e entorno imediato da Flona-AP – Relatório Analítico. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) : Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Macapá, 2006.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá – Ata de Consulta Pública no Município no Município de Serra do Navio sobre a proposta de criação da Unidade de Conservação Municipal – Modalidade parque Natural Municipal do Cancão. Serra do navio, 2007.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá – Ata de Consulta Pública no Município de Pedra Branca do Amapari sobre a proposta de criação da Unidade de Conservação Municipal Resex Natural Municipal do Beija-Flor Brilho de Fogo. Pedra branca do Amapari, 2007.

SILVA, Cláudia & GALLOIS, Dominique T – Relatório da Oficina de Caça – Terra Indígena Wajãpi. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). Macapá, 2008.

SOUZA, Josiane do Socorro de – O Programa de Zoneamento Ecológico Econômico para a Amazônia Legal e a Sustentabilidade: aspirações e realidades. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2008.

VERÍSSIMO, Adalberto & SOUZA JR., Carlos (Coordenadores) – Detalhamento do macrozoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará: áreas para produção florestal manejada. Relatório preliminar para discussão. Governo do Estado do Pará : Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém, 2006.

Portais eletrônicos consultados:

- montanhasdotumucumaque.blogspot.com.br
- www.ap.gov.br
- www.conservation.org.br
- www.ibge.gov.br
- www.icmbio.gov.br
- www.ief.ap.gov.br
- www.iepa.ap.gov.br
- www.inpa.gov.br
- www.mma.gov.br
- www.sema.ap.gov.br
- www.sema.pa.gov.br
- www.pa.gov.br
- www.portalodm.com.br
- www.museu-goeldi.br/ppbio
- www.wwf.org.br
- www4.ap.gov.br/Portal_Gea

Parceria:



Realização:

